

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ORÇAMENTO PÚBLICO COMO
FERRAMENTA PARA A GARANTIA
DE DIREITOS:
AS AÇÕES EM SANEAMENTO
BÁSICO E HABITAÇÃO EM
LARANJEIRAS 2020-2024**

GABRIELA O A NASCIMENTO | 2024

DAU
DEPARTAMENTO
DE ARQUITETURA
E URBANISMO





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

GABRIELA OLIVEIRA DE ÁVILA NASCIMENTO

**O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA PARA GARANTIA DE DIREITOS: AS
AÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO EM LARANJEIRAS 2020-2024**

LARANJEIRAS

2024

GABRIELA OLIVEIRA DE ÁVILA NASCIMENTO

**O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA PARA GARANTIA DE
DIREITOS: AS AÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO EM
LARANJEIRAS 2020-2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Sergipe, como um dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira

LARANJEIRAS

2024

GABRIELA OLIVEIRA DE ÁVILA NASCIMENTO

**O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA PARA GARANTIA DE DIREITOS: AS
AÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO E HABITAÇÃO EM LARANJEIRAS 2020-2024**

Monografia apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento às normas de Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira

Laranjeiras/SE, 29 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira (Orientador)

Orientador

Profa. Dra. Ana Maria de Souza Martins Farias

Examinadora Interna

Ma. Shirley Carvalho Dantas

Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos do Trabalho Final de Conclusão de Curso terminam por ser agradecimentos por todos que contribuíram para chegar até essa etapa. Primeiramente, agradeço imensamente ao meu bom Deus que desde a escolha do curso me deu discernimento e me conduziu para esse momento. Agradeço a Ele por toda sabedoria e por cuidar de tudo quando me sentia insegura a respeito desse trabalho e de como chegaria até aqui.

Agradeço, também, então a todas pessoas que me apoiaram, torceram e me ajudaram a concluir essa pesquisa e, conseqüentemente, o curso de Arquitetura e Urbanismo. Sendo elas, a minha família minha mãe Jurcinei e meu pai Fábio Vinícius que sempre fizeram questão de ensinar a importância do estudo e fazerem de tudo para que eu e minhas irmãs pudéssemos concluí-los. Além deles, Karine Michelle e Beatriz, as quais Deus escolheu colocar ao meu lado para serem meu suporte, meus fortes braços que juntamente com meus pais acolheram cada choro e alegrias do curso.

Agradeço aos meus tios e tias, meus primos próximos e aos meus avós Josefa, João da Cruz e Maria Virgínia que mesmo sem compreender direito as atividades de uma urbanista e arquiteta sempre torceram pela meu sucesso e alegria. Além de Laicon, meu companheiro paciente, por toda calma, tranquilidade e puxão de orelha junto com minha mãe para que eu conseguisse chegar aqui com sucesso e saúde mental.

Ao meu quarteto de todo curso Adelle, Marylia e Gabriel por dividir até o final as incertezas e nervosismos, além da torcida pelo sucesso de cada um desse grupinho.

Às minhas amigas Lizandra que começou junto comigo a trajetória dentro do Trapiche-EMAU segurando a mão e dando suporte em todas atividades, e a Anna Luiza, a irmã de curso que, principalmente, agora no final esteve do meu lado e na ansiosa torcida.

Agradeço, também, a todos os trapicheiros por terem sido caminho para esse TCC através das assessorias realizadas, além das capacitações com Bibi Mesquita. Obrigada, Bibi, por ter sido a maior incentivadora desse trabalho e por acreditar que podemos ser agentes de transformação real junto à sociedade civil organizada.

Por fim, agradeço aos meus professores Heloísa Diniz, Ana Maria, Samira Fagundes, Sarah Lúcia, César Henrique, Márcio Costa, orientador dessa pesquisa, e todos os demais que contribuíram para a formação desta arquiteta e urbanista.

RESUMO

O presente trabalho se define a partir da necessidade de compreender formas para viabilizar a resolução de problemas como a falta de habitação ou moradias de qualidade e o entorno delas sem acesso a serviços de saneamento básico. Para isso, será pautado sobre a história da habitação e do saneamento básico no Brasil, bem como as diferentes políticas públicas implementadas na luta pelo acesso à moradias de qualidade. A partir do entendimento que os arquitetos e urbanistas são profissionais formados para pensar em espaços de qualidade tratar-se-á também sobre as possibilidades de repasses financeiros existentes para o desenvolvimento dos municípios, sobretudo dos pequenos e médios municípios. Além da importância em pensar cidades que existam bons técnicos aliados a elaboração de projetos juntos à população. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo analisar os recursos direcionados para a garantia do acesso a habitação e saneamento básico no município de Laranjeiras que, por sua vez, possui uma quantidade de habitantes maior que 20 mil, porém sem possuir características de uma cidade média. Para isso, será mapeado o orçamento previsto em suas peças orçamentárias como Lei Orçamentária Anual (LOA) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), além de relatórios sobre os repasses financeiros destinados a ações de saneamento básico e/ou habitação. Assim, se terá um panorama prévio sobre a atenção dada na garantia desses direitos no município.

Palavras-chave: Habitação – Saneamento Básico – Participação – Orçamento Público – Pequenas e médias cidades

ABSTRACT

This work is defined based on the need to understand ways to enable the resolution of problems such as the lack of housing or quality housing and the surrounding areas without access to basic sanitation services. To this end, it will focus on the history of housing and basic sanitation in Brazil, as well as the different public policies implemented in the fight for access to quality housing. Based on the understanding that architects and urban planners are professionals trained to think about quality spaces, we will also discuss the possibilities of existing financial transfers for the development of municipalities, especially small and medium-sized municipalities. In addition to the importance of thinking about cities, there are good technicians combined with the development of projects together with the population. Thus, the research aims to analyze the resources directed to guaranteeing access to housing and basic sanitation in the municipality of Laranjeiras, which, in turn, has a population greater than 20 thousand, but without having the characteristics of a medium-sized city. To this end, the planned budget will be mapped in its budget pieces such as the Annual Budget Law and Summary Budget Execution Report, in addition to reports on financial transfers intended for basic sanitation and/or housing actions. This way, you will have a prior overview of the attention given to guaranteeing these rights in the municipality.

Keywords: Housing – Sanitation – Participation – Public Budget – Small and medium size cities

Lista de figuras

IMAGEM 01 - Organograma dos tipos de transferências realizadas pela União.....	29
IMAGEM 02 - Localização atual de Laranjeiras em Sergipe e municípios confrontantes.....	31
IMAGEM 03 - Povos Indígenas em Sergipe.....	32
IMAGEM 04 - Localização do município de Laranjeiras em Sergipe.....	33
IMAGEM 05 - Registro fotográfico do mapa sobre a primeira configuração espacial urbana da cidade de Laranjeiras em 1606 (1); Registro do mapa evidenciando a expansão da cidade para áreas onde existiam construções religiosas, em A, a Casa de Missão Jesuíta em Comandaroba, em B Capela Sagrado Coração de Jesus, em 1800 (2); Registro de mapa com o surgimento de novas Igrejas indicadas em C, D, E, F e ocupações em seu entorno (3);	35
IMAGEM 06 - Registro fotográfico de mapa com identificação da ponte do açougue e as novas rotas geradas após sua construção.....	37
IMAGEM 07- Registro fotográfico de Mapa de Zoneamento de Laranjeiras no século XIX.....	37
IMAGEM 08 - Localização de bairros e povoados, rios e estradas em Laranjeiras/SE	39
IMAGEM 09 - Localização de bairros e povoados em Laranjeiras/SE.....	42
IMAGEM 10 - Rua principal no Conjunto Monoel do Prado Franco.....	43
IMAGEM 11 - Terreno com grande desnível sem nenhum registro de prevenção a deslizamento no Conjunto Manoel do Prado Franco.....	43
IMAGEM 12 - Registros de fossa obstruída e esgoto a céu aberto no conjunto Albano Franco.....	43
IMAGEM 13 - Esgoto a céu aberto no conjunto Albano Franco.....	44
IMAGEM 14 - Rua no Loteamento Nasça Esperança.....	45
IMAGEM 15 - Caixa Coletora Obstruída com materiais de construção civil no Loteamento Nasça Esperança.....	46
IMAGEM 16 - Caixa de Inspeção danificada no Loteamento Nasça Esperança.....	46
IMAGEM 17 - Registros das ruas (a) e esgoto despejado a céu aberto no conjunto Mutirão (b).....	47
IMAGEM 18 - Registros das ruas no conjunto Mutirão.....	47
IMAGEM 19 - Registros da encanação do esgotamento no conjunto Mutirão.....	47
IMAGEM 20 - Registros das saídas de esgoto das casas diretamente para a rua – Conjunto Mutirão.....	47
IMAGEM 21 - Registros das saídas de esgoto das casas diretamente para a rua – Conjunto Mutirão.....	48
IMAGEM 22 - Registros de fossa obstruída – Conjunto Mutirão.....	48
IMAGEM 23 - Registro de esgoto a céu aberto no loteamento Romero Diniz.....	49

IMAGEM 24 - Registros das saídas de esgoto das casas diretamente para a rua – Loteamento Romero Diniz.....	49
IMAGEM 25 - Registro da fachada de residências multifamiliar – Loteamento Romero Diniz.....	50
IMAGEM 26 - Registro de Fachada de residência – Lot. Romero Diniz.....	50
IMAGEM 27 - Registros de morro próximo às residências no povoado Salinas II – Conjunto José Monteiro Sobral.....	51
IMAGEM 28 - Registros das saídas de esgoto das casas diretamente para a rua – Conjunto José Monteiro Sobral.....	51
IMAGEM 29 - Foto do esgoto despejado a céu aberto no Conjunto José Monteiro Sobral.....	53
IMAGEM 30 - Diagrama geral do diagnóstico elaborado a partir de relatos na “Região dos Conjuntos”.....	52
IMAGEM 31 - Registros das residências na primeira etapa do bairro Pedra Branca com tanques da carcinicultura ao fundo.....	52
IMAGEM 32 - Registros de encanação para destinação de água ou esgoto sem integração com um sistema universal.....	53
IMAGEM 33 - Registros de área de ocupação mais antiga do Povoado Bom Jesus (a).....	54
IMAGEM 34 - Esgoto lançado para a frente da residência à céu aberto – Bom Jesus (b).....	54
IMAGEM 35 - Imagem de encanação para despejo de esgoto a céu aberto no povoado Bom Jesus.....	54
IMAGEM 36 - Registros de área de ocupação mais recente do Povoado Bom Jesus.....	55
IMAGEM 37 - Registros de habitação em área mais recente do Povoado Bom Jesus.....	55
IMAGEM 38 - Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2021 – Laranjeiras/SE.....	57
IMAGEM 39 - Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2022 – Laranjeiras/SE...60	
IMAGEM 40 - Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2023 – Laranjeiras/SE.. ..	63
IMAGEM 41 - Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2023 – Laranjeiras/SE	
IMAGEM 42 - Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2024 – Laranjeiras/SE.. ..	63
IMAGEM 43 - Tabela com a dotação inicial e atualizada referente às subfunções de infraestrutura urbana, serviços urbanos, saneamento básico urbano em suas respectivas funções relativas ao ano de 2020.....	64
IMAGEM 44 - Tabela com a dotação inicial e atualizada referente às subfunções de infraestrutura urbana, serviços urbanos, saneamento básico urbano em suas respectivas funções relativas ao ano de 2021.. ..	68

IMAGEM 45 - Tabela com a dotação inicial e atualizada referente às subfunções de infraestrutura urbana, serviços urbanos, saneamento básico urbano em suas respectivas funções relativas ao ano de 2022.....	65
IMAGEM 46 - Tabela com a dotação inicial e atualizada referente às subfunções de infraestrutura urbana, serviços urbanos, saneamento básico urbano em suas respectivas funções relativas ao ano de 2023.....	66
IMAGEM 47 - Tabela com os contratos de repasse ou convênios recebidos parcialmente ou integralmente pela prefeitura de Laranjeiras entre 2020 e 2024.....	72
IMAGEM 48 - Locais onde houve o repasse de recurso por meio de convênios ou contratos de repasse relacionados a saneamento básico e pavimentação em Laranjeiras 2020-2024.....	73

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Tentativas de repasse via convênios ou emendas parlamentares.....	69
---	----

Quadro de Siglas

ANA	Agencia Nacional das Águas
BNH	Banco Nacional de Habitação
CESBs	Companhias Estaduais de Saneamento Básico
COHAB	Companhia de Habitação
ConCidades	Conselho das Cidades
FCP	Fundo de combate a pobreza
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PCVA	Programa Casa Verde Amarela
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PPA	Plano Plurianual
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PlanHab	Plano de Habitação
PlanSab	Plano Nacional de Saneamento Básico
PLHIS	Plano Habitação de Interesse Social
PNH	Plano Nacional de Habitação
PT	Partido dos Trabalhadores
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SFS	Sistema Financeiro de Saneamento
SNIS	Sistema Nacional de Interesse Social
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNHM	Sistema Nacional de Habitação de Mercado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1.	Objetivos gerais e específicos	15
1.2.	Metodologia	15
2.	A HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL	16
2.1.	O Direito à moradia no Brasil	16
2.2.	Até onde vai Universalização do Saneamento Básico?	22
3.	O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 26	
3.1.	A participação no orçamento público	26
3.2.	O orçamento público na garantia dos direitos urbanísticos	28
4.	CONTEXTO DA CIDADE DE LARANJEIRAS	34
4.1.	Breve histórico do desenvolvimento urbano da Cidade de Laranjeiras	34
4.2.	Observando as Leis Orçamentárias Anuais em Laranjeiras	61
4.3.	Convênios e Contratos de repasse realizados pela prefeitura de Laranjeiras no que tange saneamento básico e habitação.....	72
5.	CONCLUSÃO	81
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

1. INTRODUÇÃO

A qualidade de vida dos cidadãos perpassa inúmeros aspectos sendo um deles o direito à moradia digna. Isto é, direito a uma habitação de qualidade, em um espaço de qualidade, com acesso à água, à coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos e, à espaços públicos de qualidade. No entanto, muitos brasileiros não possuem condições mínimas de habitabilidade, sendo este um problema que ainda assola grande parte da população e é uma responsabilidade do poder público. Corroborando a isso, Maricato afirma:

No contexto urbano, essas contradições também eram explícitas na “negação do direito à cidade [que] se expressa na irregularidade fundiária, no défi cit habitacional e na habitação inadequada, na precariedade e deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e qualidade do transporte coletivo e na degradação ambiental. Paralelamente, as camadas mais ricas continuam acumulando cada vez mais e podem usufruir um padrão de consumo de luxo exagerado (MARICATO, 1996).

Uma vez entendido isso, é preciso ir a uma das raízes dessa questão que é o orçamento público e a capacidade de sua execução pelos entes federativos. Fazendo-se o recorte entre os pequenos municípios, muitas vezes estes não possuem capacidade econômica para garantir os serviços que são necessários à população, ou não estão preparados tecnicamente para receber e executar os recursos repassados pelas outras esferas federativas (governo estadual e governo federal), (JORGE E MELO, 2020). Para isso, o orçamento público é uma poderosa chave para entender como a gestão pública está direcionando o dinheiro recolhido e como esta planejando captar mais recursos para atender os problemas públicos. Assim, Laranjeiras, enquanto pequeno município do estado de Sergipe, também, apresenta dificuldades na garantia de algumas necessidades, fazendo-se necessário compreender seu panorama orçamentário no que tange os recursos disponíveis para melhor aplicação e execução de ações que visem o acesso à moradia digna aos seus habitantes.

Diante desse problema, vale ressaltar que a lei 10.257 de 2001 (o Estatuto da Cidade), prevê em seu artigo 3º que a União juntamente aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios, deve promover não somente a construção de moradias, mas melhorias de condições habitacionais, de saneamento básico entre outras questões que envolvem a qualidade de vida dos cidadãos. Corroborando com o Estatuto da Cidade, a Lei do Novo Marco do Saneamento, 14.026/2020, preconiza que, até 2033, todos os municípios brasileiros devem ter 99% da população abastecida com água potável e 90% atendida com coleta e tratamento de esgoto. Ao observar os dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento tem-se que apenas 37,8 % do esgoto gerado foi tratado (2022) no estado de Sergipe, além disso, quando falamos do município de Laranjeiras, apenas 34,6% de domicílios possuem esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010). Diante deste panorama, faz-se necessário compreender

a situação atual dos recursos direcionados para a melhoria das condições de habitação e moradia em Laranjeiras.

O presente trabalho contará com a contextualização da história da habitação e do saneamento básico no Brasil a fim de compreender o processo para a tentativa de garantir esses direitos básicos no país. Nesse tópico será abordado os diferentes programas e iniciativas governamentais implantadas ao longo dos anos, bem como importantes atores para a história da igualdade social no que tange o saneamento básico e habitação. Além disso, será explicitado de maneira breve alguns conceitos básicos para pautar o orçamento público, assunto chave dessa pesquisa, além de reforçar a potência de iniciativas das mais diferentes esferas da sociedade para garantir uma distribuição um pouco mais igualitária e que atenda as demandas da população.

Outrossim, será contextualizada a formação histórica da cidade em estudo, Laranjeiras/SE, para poder entender os processos vivenciados pela mesma na sua estruturação para o bem viver dos cidadãos. Tal pesquisa se deu a partir do Plano Urbanístico Participativo, plano diretor, entre outros materiais científicos disponibilizados por meio digital.

Por fim, foi pautado os repasses por convênios ou contrato de repasses recebidos e/ou executados pela prefeitura de Laranjeiras, para obter-se um panorama gerais na captação e aplicação de recursos em saneamento básico e habitação no município.

1.1. Objetivos gerais e específicos

Objetivo Geral: Analisar os recursos direcionados para a garantia do acesso a saneamento básico e habitação no município de Laranjeiras.

Objetivos Específicos:

- a) Mapear o orçamento presente nas Leis Orçamentárias anuais para ações de melhorias habitacionais e saneamento básico;
- b) Comparar o valor previsto no orçamento e o efetivamente executado, de modo a explicitar o ritmo de concretização das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) aprovadas durante os anos de 2020-2024;
- c) Registrar os repasses de recursos para intervenções realizadas em Laranjeiras para ações habitacionais e de saneamento básico com base nos repasses financeiros quando houver;

1.2. Metodologia

Para fins de pesquisa será realizado uma busca de referenciais teóricos a respeito do tema, bem como o contexto histórico da habitação, saneamento básico e direito à cidade como um todo no Brasil. Para tal foram utilizados artigos científicos, teses e demais bibliografias disponíveis em meio físico e digital. O mesmo será estudado para o entendimento do contexto de formação e urbanização do município de estudo, Laranjeiras/SE, como o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o seu Plano Urbanístico Participativo.

Além disso, será utilizada a plataforma do Governo Federal, TransfereGov¹ para obtenção de dados sobre os convênios realizados pelo município de Laranjeiras e portal de transparência do próprio município. Agregado a esses materiais o trabalho contará com reconhecimento em campo da situação de ruas e áreas externas das residências afim de ter uma breve análise visual dos bairros e povoados.

Por fim, para a análise dos dados serão utilizados recursos visuais como mapeamento de informações, fotografias e tabelas para melhor compreensão dos resultados da presente pesquisa.

2. A HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

2.1. O Direito à moradia no Brasil

As dificuldades e a falta de acesso à moradia no Brasil remontam desde os tempos da transição desamparada da abolição da escravatura no nosso país (PONTE, 2019, p. 105). Desde então a falta de atenção à garantia de direitos básicos como o acesso a uma moradia digna teve seus avanços, porém reverberam ainda hoje em suas piores faces à população pobre e negra. Ainda no século XIX, a prova desse desamparo e plano governamental indiferente, retoma-se aqui o registro da primeira Lei Agrária, a lei 601/1850, conhecida como Lei de Terras (BRASIL, 1850), mecanismo para manter a alienação da força de trabalho e impedir o acesso a propriedade/moradia pelos ex-escravizados que semanas após a promulgação dessa lei começou a ter os primeiros sinais de “liberdade” pelo Brasil império. (Westin, 2020).

O direito à moradia se constitui muito além do espaço habitado, ele está diretamente ligado ao direito à cidade o qual ultrapassa limites tradicionais e se relaciona ao direito a acessos, com facilidade, a órgãos públicos, direito a uma mobilidade urbana de qualidade (Lefebvre, 2008), moradias salubres e em locais com condições saudáveis de habitação. Esse direito está relacionado a luta pelo acesso à terra, à casa e à propriedade, pauta que sempre existiu sendo herança do Brasil colônia.

A posse da terra sempre foi sinal de riqueza e poder, seja nos tempos feudais, seja nos tempos a partir da revolução industrial (Hunt; Lautzenheiser, 2013). Ainda hoje, com o processo contínuo de transformação das cidades e de acumulação do capital. A segregação é evidente nos vazios urbanos existentes em seus centros causados pelos grandes empresários que especulam as propriedades privadas em busca da valorização ideal à medida que a classe trabalhadora necessita se distanciar cada vez mais dos centros urbanos providos de boa infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços levando a uma transformação hierárquica do espaço (FRANÇA, 2020, p. 85).

Dentro do contexto do direito à moradia e à cidade, os movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil tiveram grande protagonismo para a disseminação dessa pauta e construção de políticas públicas que tentassem avançar para a diminuição das desigualdades sociais. As

¹ <https://discricionarias.transferegov.sistema.gov.br/voluntarias/>

primeiras repercussões e grandes mobilizações surgidas durante a ditadura militar tiveram como bandeira a reforma urbana em decorrência da crise que ocorrera entre as décadas de 1960 e 1970 na qual as grandes cidades tiveram um grande aumento populacional ocasionando a formação de inúmeros assentamentos informais (BONDUKI, 2018, p. 36). No período de redemocratização a luta pela ampliação dos direitos sociais foi ainda mais maior tendo princípios na função social da propriedade urbana, direito à moradia digna, universalização do saneamento básico, transporte público de qualidade, dentre outros. Esses princípios perpassam diferentes entidades e movimentos que atuando cada um em sua localidade se articularam no chamado Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) gerando ainda mais força para a luta pelos direitos básicos pelo Brasil (BONDUKI, 2018, p.82).

Todas manifestações e articulações que ocorreram da ditadura militar em diante junto às pressões em outras esferas políticas fez com que surgissem leis, programas e alternativas ao longo dos governos na tentativa de resolver a questão urbana. (BONDUKI, 2018). As pautas relacionadas às políticas urbanas e habitacionais não se restringem apenas a um governo progressista e de esquerda, mas também perpassam governos extremos como o da ditadura militar. Com o passar dos anos a promessa e os planejamentos baseados na construção de políticas públicas urbanas e habitacionais se tornaram tema principal para candidatos de qualquer que fosse sua posição política, embora as ações de alguns governantes busquem atender essas demandas de forma contraditória (IACOVINI, 2019, p. 25). Neste sentido é importante entender alguns acontecimentos significativos no âmbito governamental que culminam nas políticas urbanas e habitacionais vigentes nos dias atuais.

Ao resgatar a história da habitação no Brasil, a promoção imobiliária é impulsionada partir da década de 1930 passando pelos entraves relacionados a preço da terra, a construção e outras maneiras de operar o uso do solo. A promoção imobiliária se deu nessa década por meio da atuação de construtoras e investidores que objetivavam lucro em cima do aluguel das residências (Pestana *apud* Ribeiro, 2022). A procura por alugueis estava presente mesmo com uma das primeiras ações de produção habitacional ter nascido na mesma época através dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP), surgidos na Era Vargas. Embora utilizasse recursos vindos desses institutos para a produção de moradias elas estavam relacionadas aos trabalhadores vinculados a categorias específicas como bancários (IAPB) e industriais (IAPI), entre outros. (Zanirato, Lima, 2014). Esse recorte é importante para que seja ressaltado que embora houvesse a construção de moradia, essa ação não teve como objetivo a universalização desse direito, uma vez que os trabalhadores informais não estavam incluídos nesses programas (ZANIRATO, LIMA, 2014).

Após essa iniciativa, os preços de alugueis ainda eram altos e a população informal ainda precisava de moradia, e muitas vezes, como única alternativa, ocupavam os morros como nos casos de cidades como o Rio de Janeiro e desenvolviam a autoconstrução. Diante desse cenário, Vargas sancionou a lei do inquilinato que aprovou o congelamento do preço do aluguel a qual durou até o ano

de 1964. A partir disso, a renda obtida através dos alugueis não era mais vantajosa aos investidores, somado a esse fato ocorre o aumento da inflação em 1940 (Pestana, 2022).

Diante de todas as questões emergentes da crise da habitação, principalmente, para a população de baixa renda e como maneira de estratégia política do governo Dutra para obter apoio dos trabalhadores urbanos surge a Fundação da Casa Popular (FCP) (Azevedo; Andrade, 2011). Sendo assim, foi o primeiro órgão federal, de iniciativa realmente direta do governo com o objetivo de centralizar os investimentos relacionados à produção de moradias (BONDUKI, 2011). Pouco tempo depois de sua criação a FCP tornou-se, por meio de decreto, órgão também voltado às questões urbanísticas de saneamento e assistência social (Azevedo; Andrade, 2011).

Apesar de todo objetivo do governo Dutra de tentar aliados da classe trabalhadora com a criação da FCP, a mesma não teve um desempenho exitoso para concretização do objetivo de produção habitacional tendo sido construídas apenas uma média de 900 moradias por ano. Com o passar do tempo houve a extinção tanto dos IAPs quanto da FCP, porém as questões urbanas e habitacionais não foram resolvidas.

Ainda tratando sobre as iniciativas para minimizar o problema habitacional, alinhados a Lei 4.390/1964, foram criados, logo após o golpe de 1964, o Plano Nacional de Habitação (PNH), o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo gerado pela transformação da FCP (PORANGABA, 2019). A criação dessas medidas pelo governo federal foram os primeiros sinais de ações que tentavam incorporar ao mercado imobiliário não só o fomento à moradia pelos profissionais formais como ocorria com os IAPs, ainda que as possibilidades econômicas do financiamento da casa própria não atingiram efetivamente as camadas mais pobres permanecendo um grande déficit de moradias entre estes (BONDUKI, 2018).

O BNH criado no governo Castello Branco funcionava a partir do Sistema Financeiro de Habitação (o SFH) a partir de recursos vindos tanto do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTs) quanto pelas cadernetas de poupança privadas (Zanirato; Lima, 2014). O BNH surge como uma inovação dentro da política habitacional o qual permitiu um maior quantitativo de subsídios para a produção de moradias (Azevedo; Andrade, 2011). Tal modelo serviu como base para programas habitacionais existentes hoje em dia que possuem a presença do FGTs para sua viabilização. Apesar de ter sido uma das mais importantes ações do governo federal no que tange a produção habitacional na época, o BNH não tinha como objetivo estratégico verdadeiramente atender as demandas sociais da população e sim, a partir dessa produção habitacional, movimentar o mercado financeiro pela construção civil, produzindo muitas unidades habitacionais a menor custo e sem preocupar-se com a qualidade arquitetônica e urbanística dos conjuntos implementados (Zanirato; Lima, 2014).

Mesmo com a extinção do BNH em 1985, permanecem as COHABs (Companhias de Habitação) seguindo a mesma lógica de produção de habitação na periferia das cidades. A partir de 1985

no processo de redemocratização do país, Tancredo Neves cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU) a fim de formular uma política urbana diferente da instaurada na época ditatorial. Nesse momento, as reverberações desse governo culminaram na reformulação do SFH proposta por Sarney a qual a partir da extinção do BNH, a Caixa Econômica Federal assume a gestão do sistema financeiro.

No período de 1999, criou-se o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) o qual proporcionou a construção de moradias em áreas menos afastadas dos centros, porém com um agravante no que tange o acesso a essas moradias, o seu público alvo era a população que obtinha entre quatro a seis salários mínimos de renda familiar (Azevedo e Andrade *apud* Zafira, 2014). Mais uma vez, o governo federal foi falho na garantia mais igualitária do direito à moradia.

No governo Lula, houve diferentes medidas adotadas para construção de uma política pública que garantisse a moradia e o desenvolvimento econômico unido a ela. A criação da Lei 10.257/2001 (o Estatuto da Cidade), reverbera até hoje nas lutas pelo acesso à terra no Brasil. Outro marco foi a criação do Ministério das Cidades em 2003, no ano seguinte era aprovado a Política Nacional de Habitação (PNH) aprovada pelo Conselho Nacional de Cidades (ConCidades) que foi criado em 2003. Assim como já demonstrava antes mesmo de ser eleito, o governo de Lula possuía algumas iniciativas nas quais a representatividade de diferentes agentes (BONDUKI, 2009) e a tímida presença do controle social já eram presentes como no recém criado Conselho Nacional de Cidades que funcionava como espaço de participação e controle social para as questões urbanas (MEDEIROS *et. all*, 2023).

Em 2005, é criado o Sistema Nacional de Habitação (SNH) um importante instrumento que viabilizava as ações previstas para a Política Nacional de Habitação sendo implementado de forma a envolver diversos agentes para travar a questão da habitação no Brasil sejam cooperativas, mercado privado, movimentos sociais e as três esferas do governo. A fim de suprir os objetivos traçados o SNH foi dividido em um sistema que priorizava as famílias de maior renda atendidas pelo mercado privado, o Sistema Nacional de Habitação de Mercado (SNHM) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) voltado para famílias de baixa renda.

Além do SNH, fez parte também da Política Nacional de Habitação, o PlanHab (Plano Nacional de Habitação), através do qual se objetivava estrategicamente reduzir o déficit habitacional até 2023. Esses dois mecanismos apresentam diferenças entre as medidas das políticas públicas habitacionais expostas até aqui, uma vez que são apresentadas parte das primeiras tentativas de descentralizar a ação voltada à questão habitacional do governo federal, permitindo que os recursos possam ser manejados e aplicados pelos municípios.

Levando em consideração o geógrafo Milton Santos (2004), a descentralização seria uma ação estrategicamente boa, uma vez que os municípios sendo os entes federativos de menor escala deveriam estar mais alinhados com as reais demandas da população uma vez que cada território tem sua

particularidade, ou seja, nem sempre é possível aplicar uma mesma “solução” em cidades completamente diferentes do país. No entanto, apesar dessa nova estratégia traçada pelo governo federal, pensar apenas no repasse do recurso não é suficiente uma vez que os municípios menores não possuíam planejamento nem estrutura técnica-organizacional para gerir a quantidade de recursos repassados (Toledo, 2023; Bonduki, 2013). Para contornar a situação o governo federal prestou apoio aos municípios para o desenvolvimento das gestões locais de modo a exigir, também, um maior planejamento, além de estabelecer o Plano Local de Habitação Social (PLHIS) que serviu como uma das formas de critério para adesão dos municípios ao SNHIS a partir do qual teriam acesso ao Fundo Nacional de Habitação Social (FNHIS), criado em 2006.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), também criado no governo Lula tem como base o desenvolvimento do país a partir do setor da construção civil, incorporando em 2011 o Programa Minha Casa Minha Vida. No ano de 2009, é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCV) de maneira brusca na esperança de aquecer a economia do país em meio à crise imobiliária mundial (BONDUKI, 2018). Com o objetivo de não deixar a economia regredir, perdeu-se o foco no pensamento da democratização do acesso à moradia, visando no primeiro momento gerar emprego e dinamizar a economia, porém na tentativa de resgatar o compromisso com as camadas mais pobres na faixa 1 (famílias com renda de até 3 salários mínimos) e, também, de incluir na lei novas formas para facilitar a regularização de assentamentos precários. Embora, segundo Bonduki (2018), fosse possível para as cidades pequenas e médias, o governo federal não implantou outros programas previstos pelo PlanHab como a prestação de assessorias técnicas e financiamento de material para lotes urbanizados.

A ansiedade para visualizar numericamente os resultados do Programa Minha Casa Minha Vida, apesar de ter sido uma chance para muitos brasileiros obterem sua casa própria, também teve seus aspectos negativos. Em razão de que para a liberação dos subsídios e investimentos para as construtoras não fossem estabelecidas diretrizes específicas a respeito dos terrenos onde deveriam ser construídas as novas unidades habitacionais, as construtoras tenderam a procurar terrenos mais distantes dos centros urbanos uma vez que esses possuem o custo mais barato e dessa forma poderiam lucrar mais. A consequência dessa ação se deu em mais custos em relação à infraestrutura urbana, ampliação da segregação espacial e alargamento expressivo das áreas urbanas das cidades. Para exemplificar, em Aracaju, capital do estado de Sergipe, os primeiros empreendimentos construídos através do PMCMV na cidade para a faixa 1 foram em áreas periféricas e desprovidas à época de uma infraestrutura de qualidade como o Residencial Jardim Santa Maria, localizado no bairro Santa Maria e o Residencial Jaime Norberto Silva, localizado no bairro Porto Dantas (Peixoto; Palazzo; Trevisan, Derntl, 2014).

Em 2020, para marcar a presença do governo Bolsonaro, é criado o programa Casa Verde Amarela (PCVA), substituindo o Programa Minha Casa Minha Vida que foi uma das ações de maior popularidade do governo Lula. No PCVA, além de ter sido adaptado longe da presença dos movimentos

sociais, foi criado mais uma faixa de renda, essa atenderia a pessoas com renda familiar entre 4 a 7 mil reais e, apesar de ter como um dos objetivos a regularização fundiária em áreas pobres, reduziu em 1,5 bilhão dos subsídios que haviam sido previstos para a faixa 1 do antigo PMCMV (Câmara, 2023). Dessa maneira, o programa habitacional se afastava ainda mais das tentativas de acesso universal à moradia digna no país.

Após os 4 anos do governo Bolsonaro, volta o Programa Minha Casa Minha Vida com 4 linhas de atendimento o MCMV - FAR (Subsidiado com o Fundo de Arrendamento Residencial com possibilidade de atuação dos três entes federativos), MCMV - Entidades (prevê a concessão de subsídios vindos do Fundo de Desenvolvimento Social para entidades privadas sem fins lucrativos), MCMV - Rural (subsídios vindo pelo Orçamento Geral da União com o objetivo de atender agricultores familiares, pescadores, indígenas, remanescentes quilombolas em áreas rurais e outros grupos tradicionais), MCMV – FNHIS (através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social pretende atender aos municípios com população até 50 mil habitantes), além de sub-eixos dentro dessas linhas de atuação. (BRASIL, 2023). Vale ressaltar ainda que o MCMV passa a incluir alguns critérios para a construção de habitações para famílias com a faixa de renda 1, a menor faixa do programa, como serem construídas dentro da malha urbana existente. Além disso, o programa incorpora a destinação de recursos não só para construção, mas também para melhorias habitacionais nos espaços já habitados, grande inovação do programa.

Embora tenham existido inúmeras políticas diferentes que são expressões de tentativas ao acesso à moradia, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas. A raiz da preocupação habitacional do poder público no Brasil se concentra em seu primeiro momento em ofertar moradia devido à explosão do crescimento dos centros urbanos devido a chegada da indústria, negligenciando a parcela da população que se mantém nas pequenas cidades e no meio rural. Desencadeando políticas que não são pensadas essencialmente para as camadas mais pobres da população como pôde ser observado em algumas formas da implantação do BNH. A partir do programa MCMV que antes mesmo da posse de Luiz Inácio Lula da Silva havia se desenhado por meio da participação de diferentes entidades sociais é que são vistos os primeiros sinais (Bonduki, 2018), embora também tenha seus interesses em beneficiar o mercado privado causando algumas consequências para os centros urbanos como a ampliação das desigualdades espaciais.

No caso de Sergipe é possível trazer à tona que dos 75 municípios que compõem o estado, apenas 9 cidades foram contempladas pelo MCMV no período de 2007 a 2014, Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Poço Verde, Itaporanga D’Ajuda, Porto da Folha, Canindé de São Francisco, Tobias Barreto e Estância, sendo que as três primeiras fazem parte da região metropolitana de Aracaju.

2.2. Até onde vai Universalização do Saneamento Básico?

A partir da transformação dos assentamentos humanos algumas necessidades surgiram e foram incorporadas ao longo do tempo, havendo uma grande mudança durante o processo de industrialização dos países ao redor do mundo. Para se ter boas condições de vida nas cidades hoje em dia não é necessário apenas uma habitação com ventilação, estruturas e divisão espacial adequadas, é importante que haja vias em bom estado para a locomoção das pessoas, transporte público de qualidade, acesso à energia elétrica, água potável, tratamento e coleta de resíduos sólidos, entre outras infraestruturas urbanas. Esse capítulo se atentará às questões relacionadas ao saneamento básico no Brasil a fim de contextualizar e entender os avanços rumo a sua universalização.

No Brasil, antes da invasão portuguesa, os indígenas que aqui viviam possuíam hábitos saudáveis de higiene e de descartes (Rezende; Heller, 2002). Após a invasão houve o alastramento de diferentes doenças que os indígenas não possuíam defesas naturais. O saneamento básico nas cidades está diretamente relacionado às questões da saúde da população, então medidas de garantia da salubridade do espaço urbano deveriam ocorrer inevitavelmente. Segundo o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento o Brasil hoje possui em média 52,0% do esgoto gerado é tratado (SNIS, 2022), cerca de 84,9% dos habitantes possuem acesso a água (SNIS, 2022), 68,8% da infraestrutura de manejo e águas pluviais contam apenas com pavimentação e meio fio, sem soluções de redes ou canais subterrâneos nem mesmo drenagem natural, sendo estes 24,8% e 10,8% respectivamente, por fim 90% de sua população total possui acesso a serviço de coleta de resíduos domiciliares (SNIS, 2022).

A partir do ano de 1561, deu-se início as primeiras ações construtivas voltadas ao saneamento básico que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro com a escavação de um poço para abastecimento da cidade. Desde então, começaram obras de abastecimento e esgotamento sanitário pelo país, no período da República, porém não atingiam as áreas fora dos centros urbanos e muitos desses serviços eram feitos a partir da concessão à iniciativa privada (Diaz; Nunes *apud* Silva, 2020).

O crescimento das cidades no mundo precisava de um planejamento para que crescesse de forma sanitariamente saudável e, minimamente, em consonância com os aspectos naturais que as envolvem. Um grande defensor desse pensamento foi o engenheiro sanitário Saturnino de Brito que foi responsável por grandes projetos relacionados ao esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e outras ações em todo o país. Alguns desses exemplos são as obras de regularização de rios em Poços das Caldas, Minas Gerais; o projeto de captação, adução e tratamento de água em Recife (PE), os projetos desenvolvidos na cidade de Santos, melhorando a qualidade de vida das pessoas e sendo um dos seus principais trabalhos reconhecidos mundo a fora com o plano de Santos; São Vicente com o projeto e construção de um sistema de coleta de esgoto partícipe de uma rede de recebimento e bombeamento de águas (Botelho, 2014).

Além de todos esses feitos, Saturnino de Brito foi importante para o urbanismo no Brasil não somente pela questão sanitária, mas porque desde sempre foi um grande defensor de que as cidades deveriam possuir um plano que minimizasse as mazelas existentes e estabelecesse diretrizes mínimas

de ordenamento e embelezamento das cidades que naturalmente tendem a crescer. Saturnino acreditava que uma cidade, mesmo pequena, não poderia ter obras e intervenções sem um plano para guiá-las. Defendia ainda que estas não poderiam estar completamente vulneráveis aos caprichos das administrações vigentes a cada período, por isso reforçava a necessidade das cidades terem um “plano geral” (Ferraz; Tochetto, 2015).

No governo de Getúlio Vargas, com o aumento populacional nos centros urbanos que foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto nº 19.402 de novembro de 1930) para tratar diretamente dos assuntos relacionados à saúde pública (Rodrigues; Alves, 1977). Poucos dias antes da promulgação da Constituição de 1934 a qual estabelece que se passa a ter a responsabilidade de garantir assistência médica e sanitária na incumbência da União, Estados e Municípios é assinado o Decreto nº 24.643/1934 intitulado de Código das Águas. Esse decreto foi o primeiro instrumento de controle e uso das águas no país tendo como prioridade o abastecimento público.

No mesmo momento em que a política habitacional começou a ser discutida por conta da explosão demográfica nos centros urbanos devido à industrialização, não se pode ignorar as bases para um ordenamento territorial como infraestrutura elétrica, saneamento básico, pavimentação, entre outros. Nesse período surgiram muitos aglomerados habitacionais desprovidos de quaisquer dessas estruturas, condicionando as pessoas a estarem expostas a riscos de saúde e de vida como ainda se nota em várias realidades do país.

O Banco Nacional de Habitação, citado anteriormente, foi um fomentador não apenas para a construção de novas moradias, mas também um grande financiador de políticas de saneamento básico viabilizando a criação do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS). Ainda na década de 1970, foram criadas as Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) e formulado o Plano Nacional de Saneamento - PLANASA (Bonduki *apud* Rezende, Heller 2006), porém assim como os planos de habitação, a plena execução das ações nos municípios pequenos não foi abrangente sendo estas as cidades mais segregadas quanto ao acesso a saneamento por não terem melhores condições financeiras (Bonduki, 2018).

O Planasa estimulou a diminuição do índice do não acesso à água potável no Brasil na década de 1980 atendendo cerca de 80% da população que morava em áreas urbanas. Embora tenha realizado esse quantitativo de pessoas atendidas em todo território brasileiro, os índices relativos a outro serviço de saneamento básico, o esgotamento sanitário, continuou precário e sem progressões positivas. Ainda sobre esses serviços, nem toda população foi atingida, as áreas favorecidas pelo Planasa se restringiram, principalmente, às cidades do Sul e Sudeste do Brasil, uma vez que não lucrariam da mesma maneira em outras regiões (Bonduki, 2018). A permissão de operacionalização do setor privado em serviços públicos como o de saneamento básico veio por meio da lei 8.987/1995 e as licitações foram anos depois regulamentadas pela Lei nº 11.079/2004.

Após o término definitivo da ditadura militar, foi possível notar políticas preocupadas com o uso do solo, reforma urbana e saneamento básico a partir dos anos 2000, a exemplo da criação da Agência

Nacional de Águas (ANA), responsável pelo uso dos recursos hídricos no país. Já nas iniciativas presentes no PAC (Programa de Aceleração e Crescimento), presente nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) era previsto obras de saneamento básico a partir de um dos programas derivados chamado Programa de Urbanização de Assentamentos Precários. Britto e Rezende (2017) afirmam ainda que embora os governos de Lula e Dilma tenham ampliado as possibilidades de participação popular através de medidas como o ConCidades (Conselho das Cidades), também possibilitou através de portaria n. 280 vinda do Ministério das Cidades a utilização de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) por empresas do setor privado (Britto; Rezende, 2017).

Embora o PAC através do Programa de Urbanização e Assentamentos Precários ter sido crucial para investimentos históricos feitos pelo governo federal em saneamento básico, o programa tinha como alvo as metrópoles, de maneira que o déficit em pequenos e médios municípios continuava significativo (D'Ottaviano; Pasternak, 2015). Assim como no último censo, hoje em dia a maior parte da população brasileira vive nas pequenas e médias cidades, por isso se faz necessário que se planeje políticas públicas aliadas da realidade das cidades brasileiras que compõem a maior parte do país.

Além dessas iniciativas, em meio a constante presença de empresas privadas que defendiam o discurso que somente a partir delas poderia ser fornecido um serviço de saneamento básico de qualidade e a forte articulação dos movimentos sociais que entendem o saneamento como direito social ocorreu em 2007 a criação da lei federal 11.445 (BRASIL, 2007). A partir dessa lei foi introduzido, para além de estar presente apenas em um programa do governo, o planejamento do saneamento básico no Brasil, dispondo ainda diretrizes a respeito do tema bem como o define enquanto serviços públicos de infraestruturas e instalações de: a) abastecimento de água; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A partir da lei 11.445/2007, foi elaborado o Plano Nacional de Saneamento Básico (PlanSab). Nele foram definidas metas progressivas de expansão e qualidade de curto (2018), médio (até 2023) e longo prazo (2033) distribuídas de acordo com cada macrorregião brasileira. Para essas metas foram definidos indicadores de esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e de gestão dos serviços de saneamento básico. Mesmo com a determinação já na primeira lei que regulamenta sobre o saneamento básico (Lei 11.445/2007) da elaboração dos planos municipais de saneamento básico (PMSB) nos dados expostos pelo PlanSab, apenas 11% dos municípios brasileiros os elaboraram.

Britto e Rezende (2017) membros técnicos do plano analisam a importância e os impactos do PlanSab da seguinte maneira:

Para os setores progressistas do saneamento, o PlanSab representou um avanço progressista do setor; ele introduziu uma cultura de planejamento, dando maior transparência e racionalidade à alocação dos investimentos federais, ainda marcada por emendas parlamentares de caráter clientelista; fortaleceu, através de linhas de financiamento específicas para capacitação e planejamento, os gestores e prestadores

públicos, a regulação e o controle social, princípios da lei n. 11.445/2007. (BRITTO; REZENDE, 2017)

Borja (2014) afirma que as ações voltadas ao saneamento básico estão entranhadas entre o pensamento que o saneamento é um direito social e garanti-lo faz parte de um processo de justiça socioambiental que deve ser garantido pelo Estado e o pensamento do acesso a água de cunho neoliberal o qual é tido como um serviço submetido às ferramentas do mercado. Entendendo os mecanismos de mercado como ferramentas do capitalismo, ou seja, de exploração e desigualdade, quando o projeto de cunho neoliberal pautado sobre o saneamento ambiental é tido como norteador tende a um afastamento do acesso à água e a outras ações para um saneamento de qualidade do seu acesso universal.

Segundo Peixoto (2009), existem diferentes maneiras de financiamento do saneamento básico no Brasil podendo ser advindas de subsídios com recursos orçamentários próprios, inversões diretas de capitais públicos e privados, empréstimos de fundos públicos e privados, desonerações fiscais e tributárias, agências multilaterais e muitas outras. A mais utilizada nos últimos tempos segundo o mesmo foram as subvenções ou subsídios públicos que consistem em recursos vindos de 3 espécies diferentes: recursos fiscais e/ou de fundos públicos; cobrança de serviços prestados a uma localidade ou região sem trocas entre as localidades; e a transferência de cobrança entre localidades ou região; Peixoto (2009) em suas análises traz a forte tendência de concessionárias privadas prestando e promovendo serviços de saneamento básico e afirma:

Algumas empresas vêm promovendo a prestação dos serviços como concessionárias privadas, imprimindo a lógica da atividade econômica em um serviço público, com obtenção de receitas extras, o que implica em claro conflito com a função pública desses entes; (PEIXOTO, 2009)

Vale ressaltar aqui como o acesso a saneamento básico impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas, principalmente ao relacionar com a saúde. A falta de esgotamento sanitário, coleta e descarte adequado de resíduos sólidos já foi causa de epidemias como a peste negra (CARVINATTO, 1996). A ausência ou inadequação desse direito social pode gerar doenças como diarreias, febres entéricas, hepatite A, dengue, febre amarela, leptospirose, doenças de pele, entre muitas outras (IBGE, 2012). É importante atentar-se à qualidade dessa água que é consumida pela população, dados publicados pelo Instituto Trata Brasil apontam a ocorrência de 130 mil internações causadas por doenças transmissíveis pela água (DATASUS, 2021). Embora hoje, no país, dentre as atribuições inseridas num sistema de saneamento básico, segundo o diagnóstico de 2023 realizado pelo Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), o acesso à água é garantido para 84,9% (SNIS, 2023) da população, dado relativo apenas em relação às redes públicas de distribuição.

Ainda hoje, embora tenha existido avanços nas políticas públicas voltadas ao saneamento básico, muitos governantes pelo Brasil acreditam que a privatização de empresas até então estatais é a melhor forma para a universalização do saneamento no Brasil. Entender o acesso a água tratada, destinação dos

resíduos em locais adequados, segurança no que tange à drenagem urbana como serviços de mercado, leva a concorrência e disputa aumentando ainda mais as desigualdades sociais.

No Brasil, a partir dos dados publicados pelo IBGE obtidos da última Pesquisa do Saneamento Básico no Brasil em 2017, ocorreu um aumento em municípios atendidos por Companhias Estaduais de Saneamento Básico entre 2008 (66,4%) e 2017 (69,5 %), diminuição em relação às prefeituras como entidades executoras em 6,4 % entre 2008 e 2017, além da diminuição tanto de associações quanto de empresas privadas na prestação de serviços de abastecimento de água (IBGE, 2017). Em *release* da mesma pesquisa é afirmado que as Companhias Estaduais de Saneamento básico também estiveram presentes em um maior percentual de municípios tendo o valor de 66,4% em 2008 e passando a ocupar 69,5% em 2017. Além desses valores as prefeituras, empresas privadas e associações têm seus quantitativos diminuídos.

Enquanto em diferentes países ao redor do mundo ocorre o movimento de diminuição de fomento para empresas privadas no saneamento básico o Brasil toma o caminho inverso (BRITTO; REZENDE, 2017) ao fomentar a presença de empresas privadas quando permite o ajuste do marco da Lei do Saneamento Básico novas formas de concessões e inserção dessas empresas na oferta de serviços que são direitos sociais. Embora tenha existido um aumento da presença de empresas estatais e públicas nos dados comparados entre 2008 e 2019 no que tange aspectos de distribuição de água e coleta de esgoto.

É necessário que a execução de políticas públicas que sejam desenhadas a partir da presença da parceria com empresas privadas, concessões ou outras formas mais incisivas dessas empresas sejam bem delimitadas e não apenas permitidas. Segundo estudos realizados por Moreira, Faria e Faria (2005) a presença de mercado privado na execução desses serviços não são garantia de melhor desempenho nessas ações uma vez que embora apresentem em alguns casos maior produtividade no trabalho relacionado ao abastecimento de água, não possuem uma performance financeira melhor que a do serviços prestados pelo poder público nem mesmo uma qualidade em relação ao atendimento de esgotamento sanitário melhor. Além disso, a presença de empresas privadas tende a priorizar o seu atendimento a áreas de maior renda enfatizando a segregação espacial (FUJIWARA, 2012) já existente nas cidades brasileiras. Ademais, uma vez que cada vez mais se insira essas iniciativas na oferta do saneamento básico, é estritamente necessário uma regulamentação e regulação dos mesmos, pois a ausência desses mecanismos tende a comprometer ainda mais a prestação deste serviço (FARIA; FARIA; MOREIRA, 2005).

3. O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

3.1. A participação no orçamento público

As discussões a respeito do orçamento público como medida de efetivação de direitos nem sempre foi pautada pelos entes públicos e discutida em seus âmbitos gerais. É a partir do final do século

XX que o orçamento passa a ser enxergado como peça chave para a efetivação de políticas públicas (Maruci, 2022). Uma vez que se entende esse instrumento como meio para a concretização de políticas públicas é necessário compreender também que as mesmas devem possuir a participação daqueles que vivem dia a dia os problemas públicos a serem resolvidos por elas.

Pensar a distribuição dos recursos financeiros é pensar para quem se está governando e planejando as cidades, pois a cada parte dividida desses recursos existe uma intenção de resolução ou não. Os municípios não são espaços neutros, se conformam de diferentes maneiras seja com a presença de uma zona de classe média alta, seja com a existência das zonas intencionalmente periféricas. Cada espaço desse possui um recorte de raça, classe e gênero, cada cidadão vive e enfrenta diferentes realidades conforme seu recorte social. O orçamento público por sua vez não é neutro, ele deve possuir raça, classe e gênero durante sua formulação uma vez que os problemas públicos possuem características distintas e que na maioria das vezes afetam mulheres, negros e as pessoas pobres no país (Maruci, 2021).

No Brasil, as desigualdades sociais são frutos do processo histórico da exploração de suas terras, seus povos indígenas e os povos vindos da África refletindo ainda hoje nos acessos a direitos básicos pelos diferentes recortes de raça e classe existentes no país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IGBE, 2021) cerca de 47,0 % do total de brasileiros pardos e 43,0% do total de brasileiros pretos são pessoas em ocupações informais. Além disso, ainda em consonância com o PNAD 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas negras residem em domicílios próprios sem documentação de propriedade, ou seja, vivem na insegurança sem a sua regularização fundiária. Por fim, outro forte indicador é que 45,9% da população parda, 36,0% da população preta e apenas 27,8% da população branca viviam em 2019 sem acesso a esgotamento sanitário. Esse fato relacionado com diferentes indicadores existentes corrobora para o entendimento que deve existir um planejamento orçamentário interseccionalizado.

A administração pública, por sua vez, carece de processos ainda mais participativos para além dos votos em seus parlamentares. É necessário que as cidades sejam pensadas juntamente com a população que vive nelas, principalmente por aqueles que ainda são os que mais precisam ser atendidos por políticas públicas. As famílias, comunidades e outras maneiras de organização existentes nas cidades sejam elas nas áreas marginalizadas ou em áreas rurais conhecem bem as suas realidades vividas (Ananias, 2021) e são os melhores indicadores para a aplicação de políticas públicas assertivas.

O orçamento público segundo Ananias (2021) quando aplicado de maneira participativa tende a gerar inúmeros desdobramentos como o fortalecimento e reconhecimento da população como sujeito de direito em meio a produção das cidades. Algumas iniciativas podem ser destacadas como campos de atuação da sociedade civil que desperta para essa disputa de espaço dentro do orçamento público, tais como:

- Orçamento mulher, criado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria, criado em 2002 sob um recorte na perspectiva do impacto do orçamento para as realidades de mulheres, sobretudo mulheres negras;
- Orçamento na luta criado como desdobramento a partir de experiências junto ao Fórum de crianças e adolescentes em Fortaleza, Ceará.

Em breve entrevista realizada para fins dessa pesquisa com a co-fundadora do Orçamento na Luta, Bibi Mesquita, explica que o coletivo é criado a partir do entendimento que para haver uma mudança efetiva diante dos problemas enfrentados e pautados cotidianamente pelos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, é necessário entender sobre os recursos públicos. O principal objetivo deste coletivo que nasce na cidade de Fortaleza é tornar público dados e estudos que interessem para a promoção de uma justiça social. Além disso, sua atuação envolve fornecer informações e fortalecer os movimentos sociais na luta pela garantia dos mais diversos direitos da população. Por fim, o coletivo pauta o orçamento público nos seus mais diferentes recortes desde a atenção direcionada a crianças e adolescentes, à comunidade LGBTQIAPN+, questões de gênero e raça, destacando mais uma vez a necessidade dos recortes sociais para um planejamento inclusivo.

No município de Laranjeiras, de acordo com dados disponibilizados pelo Observatório de Sergipe referentes ao ano de 2022, 63% de sua população se autodeclara parda e 25% se autodeclara preta, restando 11,49% branca, 0,12% indígena e 0,79 amarela. Ainda tenta-se fazer o recorte sobre a habitação no município e sobre o saneamento básico, deste último tem-se a informação de que o município não possui Plano de Saneamento Ambiental instituído por lei. Além do fato de não possuir dados sobre a coleta e tratamento de esgoto no município que está sobre responsabilidade de sua secretaria de infraestrutura (INFOSANBAS, 2022).

Pautar o orçamento trazendo os recortes sociais por áreas de conflito é poder refletir sobre quais interesses são representados no planejamento dos municípios, estados e do país, sendo necessário para a aplicação de quaisquer políticas públicas análises segundo recortes sociais de classe, raça e gênero para assim serem desenvolvidos bons diagnósticos que levam a resoluções cada vez mais concretas aos que precisam.

3.2. O orçamento público na garantia dos direitos urbanísticos

O Estado é o responsável por garantir o acesso aos direitos tidos pelos cidadãos como os direitos urbanísticos. O Estatuto da Cidade estabelece uma série de diretrizes que devem ser seguidas para a garantia de uma política urbana nas cidades do país para a ordenação do território e garantia plena das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Dentre elas está a garantia do acesso à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, a lazer; a existência de processos democráticos e participativos na execução e acompanhamento de planos, ações, projetos em geral de desenvolvimento, cooperação entre os mais diversos agentes para garantir atendimento ao interesse social, além da oferta de equipamentos

urbanos e planejamento de desenvolvimento das cidades. Para isso, na mesma lei são estabelecidos instrumentos da política urbana sendo o planejamento municipal um deles, este, por sua vez, envolve diretrizes orçamentárias, orçamento anual, gestão orçamentárias, elaboração do plano diretor entre outras ações. (BRASIL, 2001)

Nesse primeiro momento, é importante destacar duas ferramentas que compõem o planejamento municipal, instrumento da política urbana, o plano diretor e o orçamento público previsto a cada ano de governo. **O Plano Diretor** é um documento fundamental para conduzir ordenadamente e de maneira inteligente o crescimento e acomodação das cidades. Além disso, estabelecido por lei, ele deve ser elaborado para as cidades que tenham mais de 20 mil habitantes (artigo 40, lei 10.257/2001) e deve ser atualizado pelo menos a cada 10 anos (artigo 41, lei 10.257/2001). Já o orçamento deve ser elaborado em consonância, também, com as diretrizes do plano diretor e demonstram a intencionalidade de cada gestão. O planejamento do orçamento público possui em linhas gerais três peças fundamentais, **o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as Leis Orçamentárias anuais (LOA)** que são definidas pela lei 4.320/1964.

A constituição brasileira em seu capítulo II, trata a respeito da política urbana no país trazendo definições como da função social da propriedade e as penalidades caso ela não esteja sendo cumprida. Define, também, o plano diretor como instrumento básico para o desenvolvimento e expansão urbana que, por sua vez, devem garantir o desenvolvimento das funções sociais das cidades e a qualidade de vida dos habitantes (BRASIL, 1988). Tendo isso em vista, o plano diretor deve ser elaborado a partir de um bom diagnóstico que se aproxime da realidade vivida pela população em seus territórios dentro daquele município para dessa forma bem direcionar os investimentos públicos (BUBA, 2019).

A partir das realidades diagnosticadas e o plano realizado, os planos, diretrizes e destinações estabelecidas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, devem ter como documento estratégico o plano diretor de cada município. Para melhor entender a relação dessas peças orçamentárias têm-se suas definições:

a) Plano Plurianual (PPA) - Existente em cada esfera do governo, o plano plurianual serve para através de um diagnóstico previamente realizado demonstrar o que se pretende a cada gestão investir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em um longo prazo, ou seja, na duração dos 4 anos daquele governo;

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Existente também em cada esfera governamental, tem como objetivo destacar as diretrizes para os gastos e investimentos do governo de acordo com suas ações na duração de um ano. A LDO de cada ano deve ser aprovada, no caso dos municípios, na câmara dos vereadores no final do ano anterior ao de sua aplicação;

c) Lei Orçamentária Anual (LOA) - Essa lei, que também é obrigatória nas três esferas de governo, é aprovada anualmente no ano anterior à sua aplicação. Nela estarão

descritos os valores a serem investidos em cada função, subfunção, programa e ação estabelecidos pelo governo devendo ter como base as diretrizes traçadas na LDO;

O tema do orçamento público desde seus princípios, surge como ferramenta de controle social a fim de tornar a população ciente dos gastos dos governos e daqueles que detém o poder, na tentativa de tornar mais transparente (BUBA, 2019). Apesar da evolução nas maneiras de controle social, o planejamento do orçamento público ainda é muito afastado da população, sobretudo pela forma que é conduzida a sua elaboração e aprovação diante de termos técnicos e diferentes camadas que tornam a linguagem difícil para a população.

Embora exista essa realidade, o Estatuto da Cidade traz, além da necessidade do plano diretor e do bom planejamento orçamentário para um desenvolvimento de qualidade das cidades assegurando o direito dos cidadãos, maneiras para que instrumentos como esses aqui exemplificados sejam elaborados. Já em suas diretrizes gerais, a lei estabelece que haja a gestão democrática por meio de processos participativos na formulação, execução e acompanhamento de planos como as peças orçamentárias e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Estes últimos tidos como instrumentos da política urbana, são reforçados durante todo o estatuto o controle social por meio da gestão orçamentária participativa e o plano de desenvolvimento urbano de maneira participativa.

No Brasil, na tentativa de cumprir as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade, houve na década de 1990 diferentes iniciativas de planejamento orçamentário participativo em algumas cidades brasileiras como Porto Alegre (iniciado em 1990), Recife (iniciado em 1993), Belo Horizonte (iniciado em 1994). Essa iniciativa trata-se do planejamento dos gastos públicos por meio da divisão regional de cada município, visando aproximar-se cada vez mais das realidades locais para definição de investimentos prioritários a partir de diferentes metodologias utilizadas, porém todas almejando a participação dos cidadãos (BEZERRA, 2016). Importante lembrar dessas iniciativas como ações que mostraram que é possível aproximar os termos e burocracias das peças orçamentárias da população local, uma vez que é o papel dos técnicos ali envolvidos traduzir as necessidades do povo para as leis. Bragança (2022) afirma que o orçamento participativo foi uma ação importante para a gestão democrática do país e seu advento permite dizer que é possível dividir as decisões orçamentárias com as pessoas que vivenciam as cidades.

O orçamento público ultrapassa os limites de ser apenas uma peça técnica, as decisões delineadas nele são escolhas políticas que refletem as forças hegemônicas existentes na sociedade as quais direcionam os gastos para seus interesses políticos (OLIVEIRA, 2009). Estudar o orçamento público é importante para boa definição na garantia dos interesses da classe trabalhadora, bem como afirma Salvador (2012):

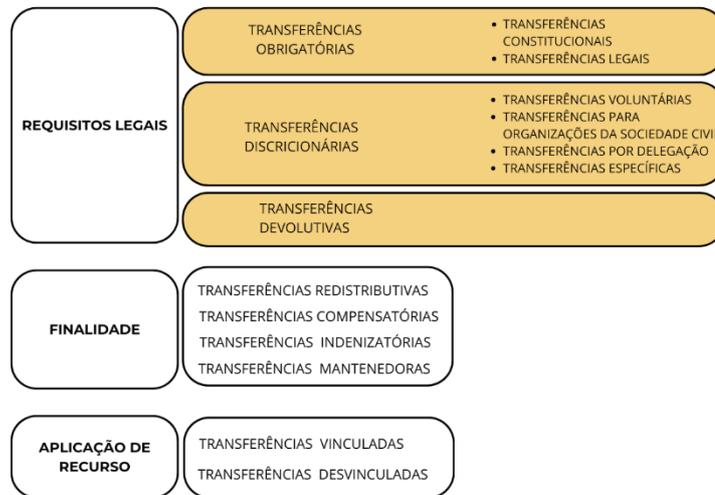
O estudo do orçamento deve ser considerado como um elemento importante para compreender a política social, pois é uma peça técnica que vai além da sua estruturação contábil, refletindo a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai

arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários. O dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país. (SALVADOR, 2012, p. 5)

Ademais, dentre os diversos direitos necessários para uma qualidade de vida (trabalho, lazer, saúde, moradia), no presente trabalho, têm-se como tema principal a habitação e o saneamento básico, ambos diretamente ligados com a saúde e a garantia de direitos aos cidadãos. Com isso, apropriar-se do orçamento público é poder defender nas mais diversas áreas que envolvem a garantia dos direitos sociais a efetivação dos mesmos. Estudar a habitação e o saneamento básico é compreender através das previsões orçamentárias de cada ano se essas questões se encaixam como prioridades governamentais.

Além do entendimento das peças orçamentárias que são leis estabelecidas para o planejamento orçamentário, existem algumas maneiras que esses recursos são recebidos pelos municípios e população em geral no Brasil. As transferências realizadas são classificadas de 3 diferentes formas quanto aos seus requisitos legais, finalidade e quanto a aplicação dos recursos e estas se desdobram em outros tipos mais específicos de transferências como ilustrado a seguir:

Imagem 01: Organograma dos tipos de transferências realizadas pela União.



Fonte: Tesouro Nacional, adaptado pela autora, 2024.

No presente trabalho, será destacado as transferências discricionárias voluntárias para a partir do entendimento delas poder analisar melhor alguns repasses feitos através de convênios para os municípios. As transferências voluntárias são definidas por aquelas que entregam recursos correntes ou de capital a outro ente federativo desde que não decorra de determinação institucional, legal ou de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde, conforme descrito no artigo 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000). Para a realização desse repasse existem duas maneiras de viabilização:

- a) O Contrato de repasse: Nesse caso há a intermediação de um agente financeiro;
- b) Termo de convênio: Os próprios entes administram o recurso;

Além disso, para que ambas as formas se realizem em sua completude, é necessário que haja a elaboração de um plano de trabalho que envolva as atividades a serem realizadas, os seus gastos, a contrapartida a ser dada pelo ente beneficiado e os resultados esperados para tal ação, além da prestação de contas constante das despesas realizadas no processo de concretização (BRASIL, 2016).

A presença dessas maneiras distintas de repasses do governo federal aos demais entes federativos são cruciais e importantes principalmente no Brasil, uma vez que sua vasta extensão territorial com necessidades sociais bastante distintas, exigem uma atuação pontual e direcionada a cada região. De maneira geral, as esferas federais possuem uma maior arrecadação que os municípios, e tratando-se das pequenas cidades brasileiras tal fato se agrava ainda mais (REZENDE, 2006). As diferenças presentes entre as regiões brasileiras podem ser percebidas através de dados do acesso ao tratamento de esgoto analisados no plano nacional de saneamento em 2008, onde o acesso a esgotos sanitários em 2010 apresentam dados que no norte 31,1% dos domicílios possuem acesso, no nordeste, 43,2% , no Sul,

70,4%, no Centro-Oeste apresenta 50,7% e no Sudeste 85,5% apresentando a melhor proporção de atendimento da sua população.

Logo, essas transferências corroboram para a correção das diferenças entre atribuições e receitas nas três esferas federativas, atenuando as disparidades regionais. (Bachur, 2005; Batista, 2015).

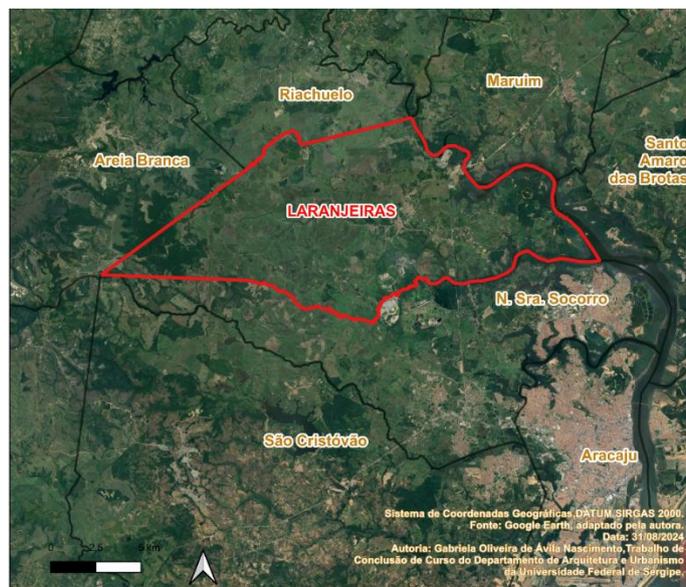
Tendo sido feito esse estudo servirá como base para poder realizar um panorama sobre os investimentos de habitação e saneamento básico no município de Laranjeiras em Sergipe. Compreendendo em um primeiro momento o contexto de formação desse município e, em um segundo momento, a análise das leis orçamentárias dos últimos 5 anos a fim de entender as prioridades, independentemente de quem ocupou a gestão, do poder público em Laranjeiras. Será feita a análise das LOAs e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) do último bimestre de cada ano de estudo. Por fim, se evidenciará as transferências realizadas entre 2020-2024 sobre saneamento básico e/ou habitação, possíveis de mapeamento através da plataforma do governo Transfere.gov e dos relatórios disponíveis no portal de transparência da Prefeitura de Laranjeiras.

4. CONTEXTO DA CIDADE DE LARANJEIRAS

4.1. Breve histórico do desenvolvimento urbano da Cidade de Laranjeiras

Atualmente, o município está localizado na região Centro-Leste do estado de Sergipe, a cidade de Laranjeiras, possui seus limites com os municípios de Santo Amaro das Brotas à leste, Areia Branca à oeste, a norte com Riachuelo e Maruim e ao sul com o município de Nossa Senhora do Socorro. Atualmente, possui extensão territorial de 162,273 km² (IBGE, 2022), sendo 5,26 de área urbanizada até 2019 (IBGE) e uma população de 23.975 pessoas (IBGE, 2022). O município está situado a 18 km da capital aracajuana, Laranjeiras atualmente possui uma relação de movimento pendular com Aracaju, tendo as relações com sua própria sede municipal enfraquecidas (FRANÇA; SANTOS, 2008).

Imagem 02: Localização atual de Laranjeiras em Sergipe e municípios confrontantes

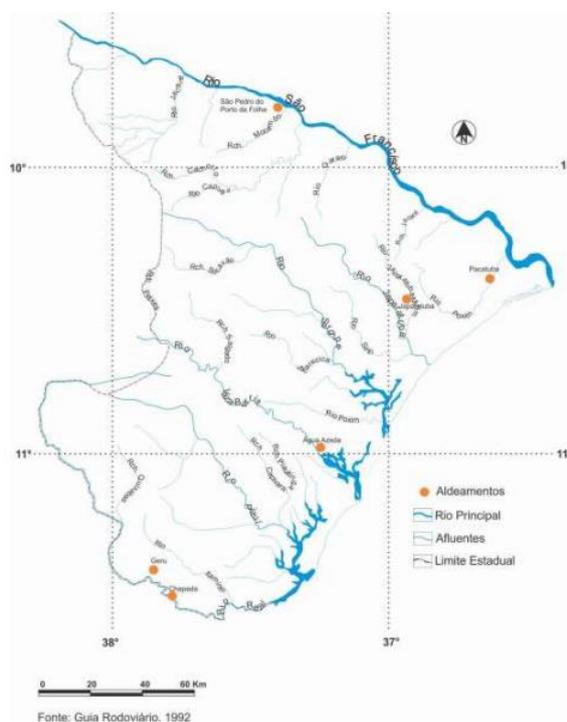


Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2024.

Para compreender este município se faz necessário resgatar a história de formação do estado de Sergipe, na época colonial Capitania de Sergipe Del Rey, para assim entender os desdobramentos para a formação territorial atual. O início de colonização das terras sergipanas assim como os demais territórios brasileiros ocorreu a partir da morte de diversos indígenas que aqui habitavam para assim os ricos proprietários de terras junto às missões jesuítas pudessem ter maior controle sobre essas terras (Santana, 2015). A colonização de Sergipe ocorreu em 1590 e nele haviam diversos grupos indígenas como os Tupinambá, Kiriri, Boimé, Karapotó, Aramuru, Kaxagó (Dantas *apud* Santana, 2015). Esse processo iniciou-se do Sul de Sergipe (região mais próxima ao estado da Bahia) com a dizimação e controle de indígenas a partir do vale do rio Real e Piauí, em seguida para os vales dos rios Sergipe e Cotinguiba, este último importante rio para a história do município de Laranjeiras e, por fim, as margens do rio São Francisco (Santos, 2012).

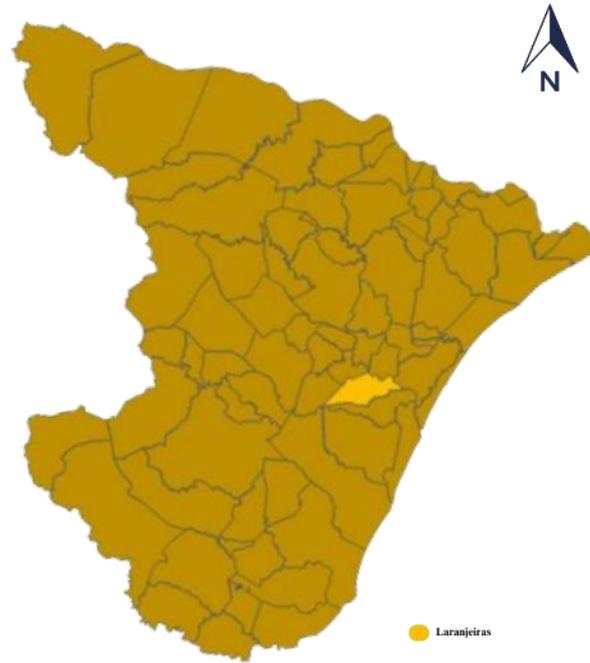
Diversas articulações eram realizadas para controlar os indígenas e roubar seus territórios desde o combate direto com mortes a catequeses religiosas realizadas pelas missões Jesuítas e outras organizações da Igreja. Alguns aldeamentos, os quais resistiram por cerca de 3 séculos após o início da colonização foram Água Azeda (povo Boimé), Geru (povo Kiriri), Pacatuba (Povo Caxagó), São Pedro (povo Uruna). O povoamento de Água Azeda ficava na região central de Sergipe situada confrontante com São Cristóvão, além disso há também registro bibliográficos de que os indígenas tupis viviam por toda região do Cotinguiba. (Dantas, 2024). Logo, pode-se concluir que os povos que habitavam a região que hoje é a cidade de Laranjeiras foram os Boimé e Tupinambás.

Imagem 03: Povos Indígenas em Sergipe



Fonte: Guia Rodoviário *apud* Abelardo, 2015.

Imagem 04: Localização do município de Laranjeiras em Sergipe



Fonte: Google Imagens, adaptado pela autora, 2023

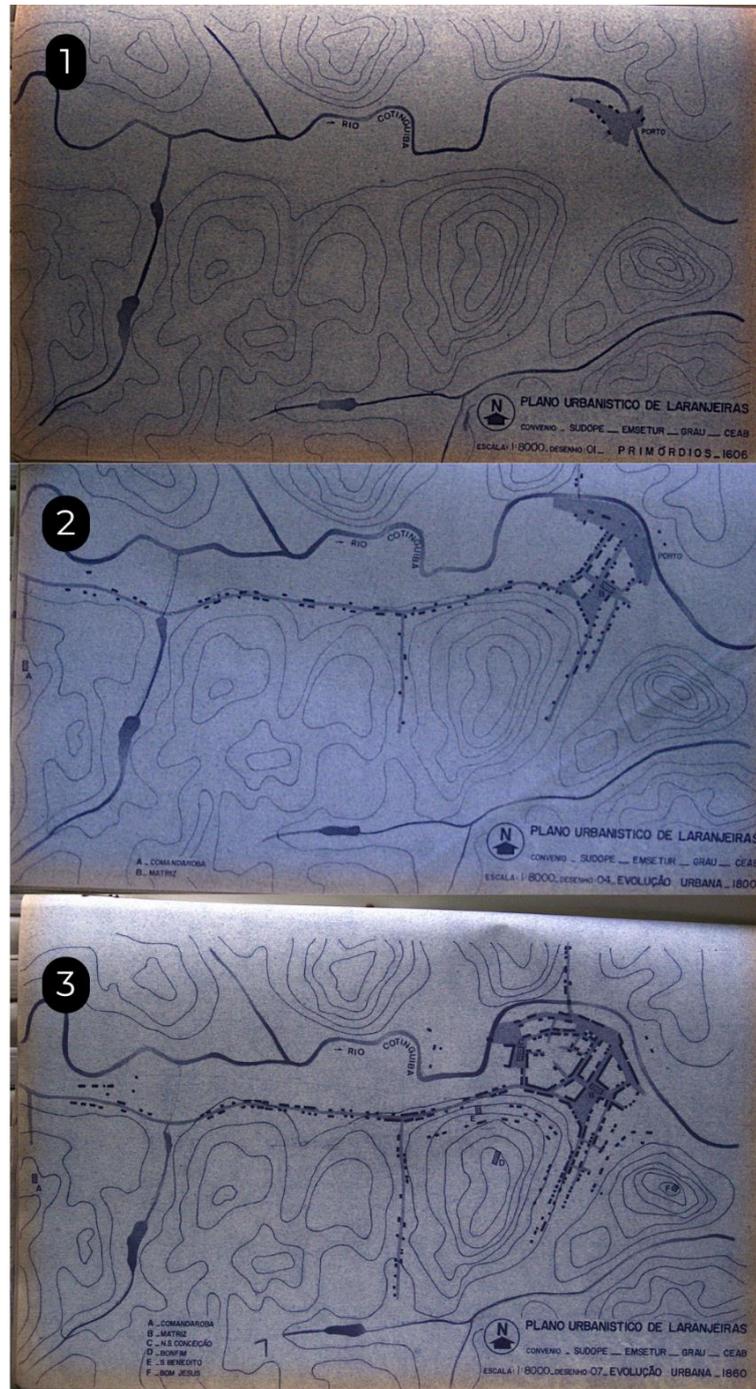
É, nessa época, em 1594, que se inicia a doação das “Sesmarias no Vale do Cotinguiba”, região a qual era importante para os indígenas e, também, se tornou estratégica para os colonizadores uma vez que esse rio permitiria o escoamento de toda produção que ali existisse. Tendo iniciada a ocupação portuguesa, foi construído um porto fluvial em 1606, em seguida devido a sua boa localização, tornou-se um polo comercial em potencial, marcado pela colonização evangelização e relações políticas é elevada a povoado no final do século XVIII (Azevedo *et. al*, 1975)

Laranjeiras expandiu-se e tornou-se conhecida pela dinâmica comercial existente, era um ponto de escoação de mercadorias e de trocas comerciais na feira local. Localizada estrategicamente do ponto de vista geográfico na parte central do estado e com um rio que permite o escoamento pelo mar, a cidade cresceu ao redor do Porto Fluvial, tendo a maioria de suas edificações com uso para habitações, comércio e armazéns (Azevedo *et. al*, 1975).

Segundo registros encontrados no Plano Urbanístico de Laranjeiras, a sua evolução urbana se deu em seu primeiro momento a partir da fundação da fundação de Igrejas e capelas, podendo ser observada as primeiras ocupações para além das intermediações do porto de Laranjeiras, sendo próximas a capela do Sagrado Coração de Jesus (B) que viria se tornar a Igreja Matriz e a abertura de uma via para a residência Jesuítica em Comandaroba (A). As igrejas laranjeirenses foram espaçadamente instaladas e em locais estratégicos como as colinas da cidade o que lhes permitia visualização de boa parte da povoação.

Nessa época, ainda segundo o plano urbanístico, as construções eram todas térreas e de materiais frágeis, além das demandas de infraestrutura que já exigia a quantidade de habitantes da cidade, sendo eles o quantitativo de 3.000.

Imagem 05: Registro fotográfico do mapa sobre a primeira configuração espacial urbana da cidade de Laranjeiras em 1606 (1); Registro do mapa evidenciando a expansão da cidade para áreas onde existiam construções religiosas, em A, a Casa de Missão Jesuíta em Comandaroba, em B Capela Sagrado Coração de Jesus, em 1800 (2); Registro de mapa com o surgimento de novas Igrejas indicadas em C, D, E, F e ocupações em seu entorno (3);²



Fonte: Plano Urbanístico de Laranjeiras, 1975.

² Material Coletado pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe – Trapiche, 2014.

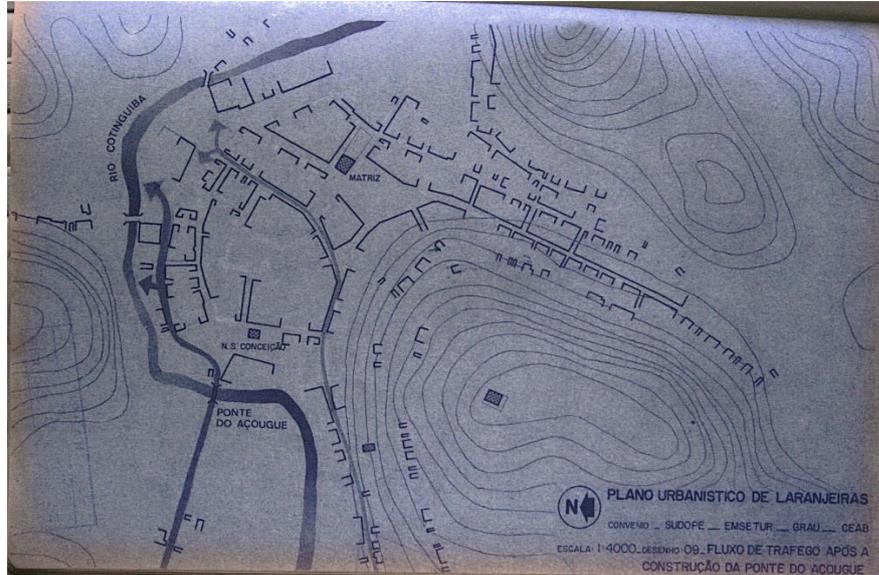
Laranjeiras constituiu, então, uma grande dinâmica e desenvolvimento econômico a partir da cana-de-açúcar, gado, coco, toda essa riqueza impactou diretamente na conformação da cidade com a construção de sobrados, residências de comerciantes, local da presença de pessoas importantes da administração pública, tendo sido um núcleo urbano importante para a função social e cultural na Província presente no século XIX (França; Santos, 2008).

Diante de suas demandas e seu crescimento, Laranjeiras é elevada a vila em 1832 o que possibilitou a criação de uma câmara municipal, desvinculando-se a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba e mais à frente em 1848 é elevada à cidade. A elevação dos seus títulos foi consequência do seu crescimento populacional e econômico, tal fato cadenciou na necessidade de prover algumas infraestruturas que até então não existiam efetivamente na cidade, onde paliativamente alguns serviços eram gerados pelos negros que foram escravizados.

Laranjeiras, então, em 1847 pouco antes de se elevada a cidade, após muita insistência da câmara dos vereadores consegue um projeto e plano orçamentário para a execução de uma fonte de abastecimento de água para a cidade, feito pelo engenheiro Tenente Coronel João Bloem, a qual seria construída na Várzea do Tramandaí e teria uma bomba que conseguiria abastecer a cidade com 360L de água por hora. Ainda em 1841, calçamentos já eram pensados de forma a ordenar a cidade e propiciar um maior conforto para a população que ali começa a se alojar, tendo sido elaborado um plano de posturas que se pode dizer ser uma espécie primitiva de plano diretor da cidade, estabelecendo as condições das dimensões de testadas das edificações, o tamanho das calçadas entre outras definições para as estruturas urbanas. Tratando-se da iluminação pública e, desde já sendo relevante ressaltar a importância do monitoramento do orçamento público, tem-se registro de pedido e liberação de despesa para a implantação de lampiões pela cidade de 330\$000 no ano de 1842, podendo ter como uma das provas dessa possível instalação os gastos relativos aos serviços que foram necessários para essa implantação presentes na prestação de contas da Câmara no mesmo ano.

Com o alto fluxo no centro da cidade de Laranjeiras e alta demanda do transporte de mercadorias dos engenhos para a área comercial da cidade, surgiu a demanda da construção da chamada “Ponte do Açougue”, próximo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição para dessa forma facilitar o transporte das mercadorias produzidas nos engenhos ao porto de Laranjeiras.

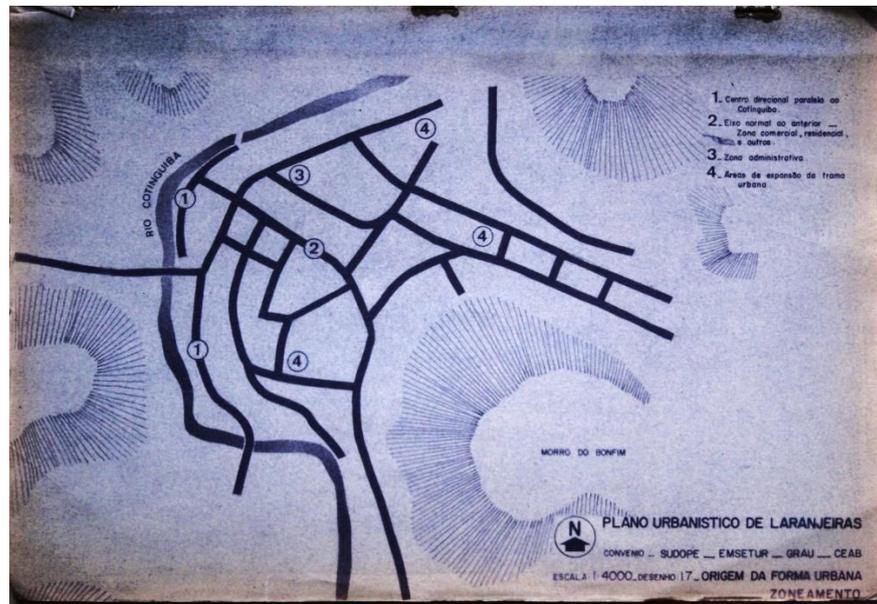
Imagem 06: Registro fotográfico de mapa com identificação da ponte do açougue e as novas rotas geradas após sua construção.



Fonte: Plano Urbanístico Participativo de Laranjeiras, 1975.

Ao passar dos anos, Laranjeiras adotou um povoamento que já permitia realizar um pequeno zoneamento de áreas específicas da cidade, como pode ser observado na imagem a seguir elaborada pelos autores do Plano Urbanístico da Cidade.

Imagem 07: Registro fotográfico de Mapa de Zoneamento de Laranjeiras no século XIX.



Fonte: Plano Urbanístico Participativo de Laranjeiras, 1975.

A cidade que teve toda sua riqueza e notoriedade a partir da exploração da vida de negros escravizados não conseguiu sustentar sua economia sem o regime da escravidão. Então, no final do século XIX e início do século XX algumas terras foram abandonadas e comércio do Empório do Cotinguiba enfraquecia a cada dia. Os grandes e poderosos engenhos foram substituídos por pastagens e por usinas que começam a se instalar na região que embora não seja mais polo econômico e cultural do Estado, ainda adota posição favorável pela sua proximidade com a nova capital Aracaju. A presença massiva de povos de origem africana fez com que o município tivesse grande riqueza não apenas em sua arquitetura que preserva a época da colônia, mas também as manifestações folclóricas nascidas da resistência desses povos.

Após a geração de riqueza a partir da exploração escravista, o município passa a ter uma nova dinâmica de geração de capital a partir da exploração de recursos minerais, industriais e de turismo (França; Santos, 2008), mesmo que este último timidamente nos dias atuais.

Segundo Santos e França (2001) a industrialização se configurou no final do século XX como indutor da transformação do espalho da cidade em estudo fazendo com que ocorresse sua urbanização a partir da apropriação dos espaços rurais e agrícolas pelas indústrias e seus impactos sociodemográficos. Na sua transformação econômica e espacial, Laranjeiras adquire investimentos públicos e privados em áreas de exploração de recursos minerais, industriais e de turismo. Isso é potencializado devido a sua posição geográfica estratégica para as empresas ao ofertar o preço do solo mais barato para a instalação das mesmas e a redução de custos com transporte para grandes mercados como a Região Metropolitana da Grande Aracaju (Souza; Ribeiro; Lopes, 2018).

A forte atuação de agentes capitalistas nas pequenas e médias cidades do Brasil foram determinantes para as transformações urbanas ocorridas nelas. A partir da interferência de alguns agentes sociais diferentes cidades brasileiras que antes eram rurais passaram por processos avassaladores de diminuição de suas áreas rurais e crescimento de áreas urbanas como sinal de desenvolvimento para as mesmas, sendo desconsiderado aspectos que impactaram ambientalmente esses pequenos e médios municípios (Da Silva; Spósito, 2009).

O desenvolvimento industrial no Brasil teve impactos que reverberaram de maneira similar apesar de suas particularidades em cada região. Em Sergipe, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) criada em 1959 foi um agente que teve destaque para o desenvolvimento industrial no estado, aplicando capital e fomentando indústrias em diferentes municípios. No período entre 2000-2010, houve uma grande concentração de investimentos para atrair indústrias para os pequenos e médios municípios sergipanos, nessa mesma época Sergipe aumentou sua participação na composição do Valor Agregado Bruto (VAB) Nacional (Souza; Ribeiro; Lopes, 2018).

Laranjeiras, atualmente, é um município com pouco mais de 20 mil habitantes, não se encaixando entre as menores cidades do estado, porém sem conseguir ocupar o lugar de uma cidade média, enfrenta dificuldades e possui semelhanças entre os desafios vividos pelas cidades de pequeno porte. A mudança da dinâmica de uma cidade que outrora era polo comercial e cultural do estado de Sergipe, passa a ser uma cidade dormitório, possibilitando empregos administrativos públicos ou voltados para a exploração das indústrias que veem nas pequenas cidades potencial para exploração em detrimento do valor da terra e da falta de oportunidade de emprego existente (Silva; Spósito, 2009).

A cidade de Laranjeiras possui seu plano diretor assinado pela então prefeita da época Maria Ione Macedo Sobral que consta na lei complementar nº 16/2008 de julho de 2008. Assim como outras cidades brasileiras a partir de 20 000 habitantes, o município precisa ter essa lei para auxiliar no seu desenvolvimento urbano direcionando recursos e estratégias para os locais corretos. Laranjeiras possui algumas delimitações entre bairros e povoados não muito bem definidas, sendo estes: bairro Pastora, Pedra Branca e Comandaroba, além dos povoados da Mussuca, Cedro, Várzea, Calumbi e Bom Jesus. É importante se atentar a essas divisões, pois embora todos sejam parte de um mesmo município, possuem particularidades.

O Plano Diretor de qualquer município depois de promulgado, tem o valor de lei e deve ser seguido independente de qual seja o governante vigente. O PDDU de Laranjeiras dispõe em seu capítulo V sobre a política habitacional do município (Laranjeiras, 2008). Neste, são definidos os objetivos como a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Laranjeiras, e diretrizes para a efetivação dessa política, sendo eles:

1. Promover adequação das moradias situadas em área de risco;
2. Promover a criação de programas que ofertem moradia popular digna subsidiadas;
3. Facilitação de créditos para construção de novas habitações nas áreas da zona rural através do Sistema Financeiro de Habitação;
4. Garantir o acesso a centralidade urbana;
5. Regularizar a propriedade dos imóveis existentes no município;
6. Ampliar a cobertura do Imposto Predial por tempo de Uso (IPTU);
7. Ofertar assistência Técnica Gratuita de arquitetura e engenharia para as famílias carentes;

Apesar das diretrizes estabelecidas no plano, muito pouco se fez pelas comunidades no quesito de melhoria habitacional e oferta de moradias no município. Algumas moradias sejam no centro histórico da cidade, seja em outros bairros e/ou povoados possuem diferentes demandas no quesito da qualidade de suas casas. Algumas ora se localizam em áreas sem uma coleta adequada de esgoto, ora com estruturas delimitadas e espaços com pouco conforto.

Para fins de contextualização do espaço atual em Laranjeiras foram realizadas visitas pelos conjuntos habitacionais Manoel do Prado Franco, Antônio Franco, Mutirão, José Monteiro Sobral, loteamento Nasça Esperança, loteamento Romero Diniz, bairro Pedra Branca, povoado Bom Jesus. O contato com a população se deu a partir de conversas pautadas em algumas perguntas direcionadoras, sendo elas:

- a) O tempo que o morador vive naquele bairro/conjunto;
- b) O nome do bairro/conjunto;
- c) Se existe coleta de resíduos sólidos, se sim qual a frequência. Se não, qual o tempo que levam da casa do morador até o ponto de coleta mais próximo;
- d) Se existe esgoto a céu aberto;
- e) Se existe fossa séptica;
- f) Se o próprio morador fez a ligação entre o esgoto de sua residência e a rede do município;
- g) Se existe problema de manutenção da rede;
- h) Se há acesso a água potável e se falta água com frequência;
- i) Se a água é de qualidade;
- j) Se a residência já sofreu com algum tipo de desastre;
- k) Se a residência precisa de melhorias habitacionais (casos que há cômodos sem ventilação, superlotação, problemas na estrutura de paredes ou telhado, entre outros itens correlatos)

Tais conversas ocorreram com pessoas que se encontravam disponíveis pelas localidades visitadas.

Imagem 09: Localização de bairros e povoados em Laranjeiras/SE.



Fonte: Google Earth adaptado pela autora. 2024.

No Conjunto Manoel do Prado Franco, um dos primeiros da região, segundo uma moradora antiga existe há mais de 40 anos e foi realizada a construção das moradias através da COHAB (Companhia de Habitação), esta por sua vez teve sua atuação em Sergipe de 1970 a 1980 (Resolução nº 24/1965, do antigo CONDESE). Outra moradora da região, informou que o conjunto Albano Franco foi construído pelo governo estadual durante a gestão de Albano Franco (1995-2003). Segundo os relatos, em seu início não havia pavimentação nas ruas, nem um sistema de esgotamento adequado, porém hoje em dia existe ruas em paralelepípedo e asfaltadas, as quais não acumulam água pluvial das chuvas. A partir da visita foram coletados alguns registros fotográficos que permitem uma melhor visualização do bairro nos dias atuais.

Imagem 10: Rua principal no Conjunto Manoel do Prado Franco



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 11: Terreno com grande desnível sem nenhum registro de prevenção a deslizamento no Conjunto Manoel do Prado Franco



Fonte: Própria autora, 2024.

Nesse conjunto foi possível reparar a existência de alguns acumulos de terra sem a atenção devida, alguns pontos com o sistema de esgotamento danificados e debilitados. No entanto os moradores afirmaram existir tubulação das suas casas para o sistema de esgotamento do município. Outrossim, há coleta de lixo realizada três vezes por semana segundo os moradores e, ainda, que as residências são de boa qualidade, embora haja cômodos sem ventilação.

No conjunto Antônio dos Santos alguns moradores relataram a falta da coleta de resíduos sólidos em suas ruas, mas que o ponto de coleta mais próximo não se situa a uma distância que leva muito tempo. Além disso, foi ressaltada a falta frequente de água no conjunto e em uma das conversas, a moradora citou que sua residência se constituía em um cômodo onde morava com o marido e filho.

O Albano Franco é um conjunto no qual se percebeu uma maior precariedade quanto ao esgotamento sanitário, possuindo diversas ruas com esgoto a céu aberto. Parte do conjunto foi se solidificando a partir da autoconstrução das residências realizadas pelos próprios moradores, porém um pequeno trecho é constituído de casas que foram entregues à população, no entanto sem o restante da infraestrutura necessária, carente até os dias atuais.

Imagem 12: Registros de fossa obstruída e esgoto a céu aberto no conjunto Albano Franco



Fonte: Própria autora, 2024.

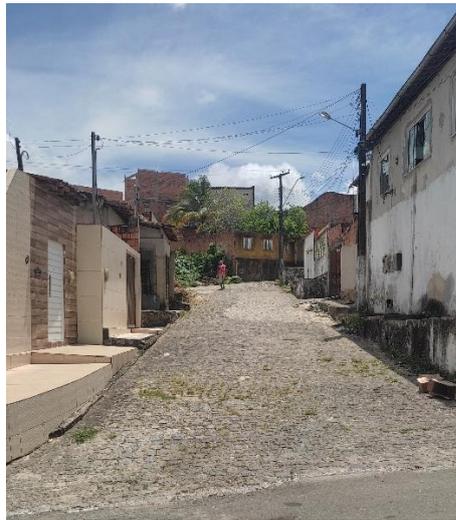
Imagem 13: Esgoto a céu aberto no conjunto Albano Franco



Fonte: Própria autora, 2024.

Entre o Conjunto Manoel do Prado Franco e o Albano Franco, existe um loteamento chamado “Nasça Esperança” que segundo o que conta o morador, surgiu a partir da divisão em lotes de uma antiga fazenda que ali existia. Explica ainda que a maioria das casas, inclusive a sua, é tida apenas com recibo de compra e venda sem possuir escritura. As residências no Nasça Esperança foram originadas a partir da autoconstrução e melhorando a partir das próprias reformas feitas pelos moradores. Além disso, não há rede de esgoto propriamente dita nesse loteamento e as caixas coletoras estão danificadas ou são inexistentes.

Imagem 14: Rua no Loteamento Nasça Esperança



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 15: Caixa Coletora Obstruída com materiais de construção civil no Loteamento Nasça Esperança



Fonte: Própria autora, 2024.

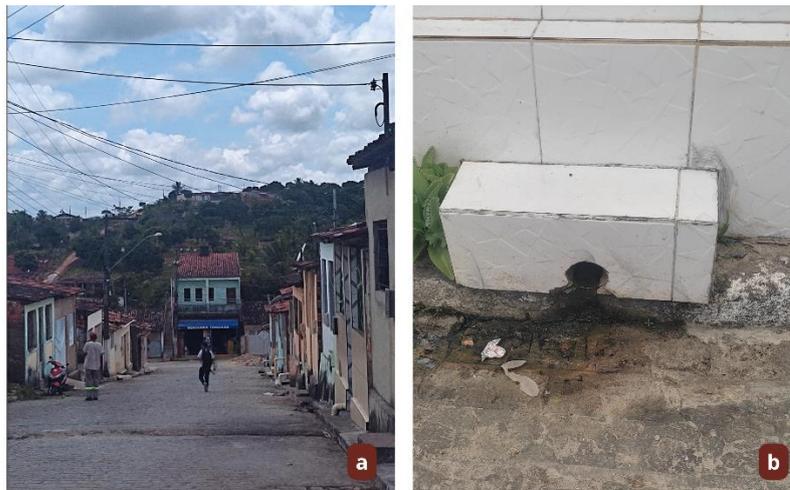
Imagem 16: Caixa de Inspeção danificada no Loteamento Nasça Esperança



Fonte: Própria autora, 2024.

Já o Conjunto Mutirão, moradoras mais antigas indicaram que ele foi construído há aproximadamente 30 anos, através de uma parceria entre a Usina Pinheiro e a prefeitura local à época. Outro fato é que nesse conjunto segundo as entrevistadas existem pelo menos uma pessoa em cada família que trabalha ou trabalhou na Usina. Quanto aos aspectos de saneamento básico, elas relatam que no início as ruas não possuíam a pavimentação de paralelepípedo que existe hoje, o esgotamento é improvisado pelos moradores e corre pelas sarjetas a céu aberto atualmente e, apesar de haver acesso a água, ela falta com frequência e não é de qualidade, tendo alta concentração do que afirmam ser cloro tornando-a indevida para seu consumo no cozimento de alimentos, por exemplo. Ademais, no conjunto Mutirão, há coleta de resíduos sólidos três vezes por semana.

Imagem 17: Registros das ruas (a) e esgoto despejado a céu aberto no conjunto Mutirão (b)



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 18: Registros das ruas no conjunto Mutirão



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 19: Registros da encanação do esgotamento no conjunto Mutirão



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 20: Registros das saídas de esgoto das casas diretamente para a rua – Conjunto Mutirão



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 21: Registros das saídas de esgoto das casas diretamente para a rua – Conjunto Mutirão



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 22: Registros de fossa obstruída – Conjunto Mutirão



Fonte: Própria autora, 2024.

O loteamento Romero Diniz se estabelece em confluência com o Conjunto Albano Franco. Nesse loteamento foi possível notar a presença de esgoto a céu aberto e moradias precárias. Além disso, o acesso a água existe, porém sem ser de qualidade e falta frequentemente segundo moradores entrevistados. No que tange a coleta de resíduos sólidos ela ocorre duas vezes por semana e, a formação das casas foram de autoconstrução.

Imagem 23: Registro de esgoto a céu aberto no loteamento Romero Diniz



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 24: Registros das saídas de esgoto das casas diretamente para a rua – Loteamento Romero Diniz



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 25: Registro da fachada de residências multifamiliar – Loteamento Romero Diniz³



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 26: Registro de Fachada de residência – Lot. Romero Diniz



Fonte: Própria autora, 2024.

Construído durante a execução do programa estadual Sergipe Infraestrutura CASA NOVA, VIDA NOVA, o conjunto José Monteiro Sobral teve suas casas entregues no ano de 2016 (Vieira *apud* Governo de Sergipe, 2023) sem nenhum tipo de infraestrutura que permitisse uma instalação adequada das famílias nas residências. Na área possui morro com propensão a deslizamento de terra, esgoto despejado na rua e falta de água frequente.

³ Foto permitida pela moradora da residência

Imagem 27: Registros de morro próximo às residências no povoado Salinas II – Conjunto José Monteiro Sobral



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 28: Registros das saídas de esgoto das casas diretamente para a rua – Conjunto José Monteiro Sobral



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 29: Foto do esgoto despejado a céu aberto no Conjunto José Monteiro Sobral



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 30: Diagrama geral do diagnóstico elaborado a partir de relatos na “Região dos Conjuntos”.



Fonte: Própria autora, 2024.

Já mais próximo dos limites entre Laranjeiras, Maruim e Riachuelo encontram-se dois bairros e povoados que também foram visitados o bairro Pedra Branca e o Povoado Bom Jesus dos Navegantes.

Imagem 31: Diagrama geral do diagnóstico elaborado a partir de relatos no Povoado Bom Jesus, no bairro Pedra Branca e no Conjunto José Monteiro Sobral.



Fonte: Própria autora, 2024.

O bairro Pedra Branca, antes era um povoado da cidade de Laranjeiras e hoje é mais uma centralidade dentro da cidade. Este bairro é dividido pela BR-245 no qual possui sua área maior e mais antiga com moradores diversos e muitos deles pescadores ou com relação com a pesca. Na menor área situa-se um pequeno aglomerado próximo à fábrica inativada de fertilizantes, o nomeado Japuí II.

Imagem 32: Registros das residências na primeira etapa do bairro Pedra Branca com tanques da carcinicultura ao fundo



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 33: Registros de encanação para destinação de água ou esgoto sem integração com um sistema universal

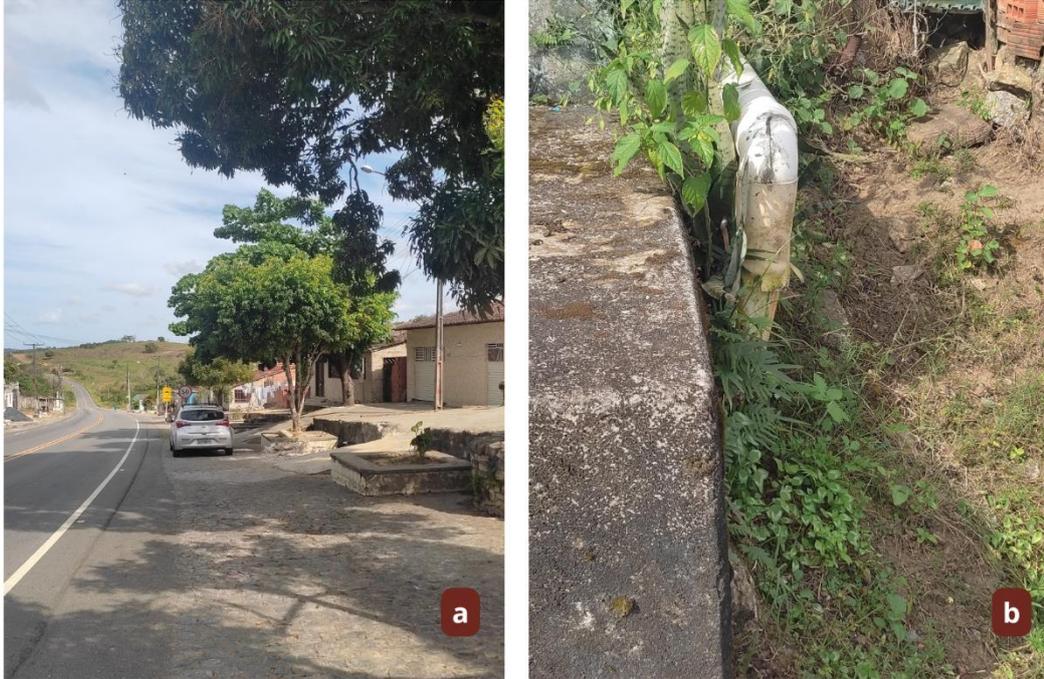


Fonte: Própria autora, 2024.

Em Pedra Branca ainda, moradoras antigas comentam que muitos esgotos são jogados na maré, ou seja, no rio Sergipe, causando até mesmo mal cheiro próximo as suas margens.

O povoado Bom Jesus segundo relatos dos moradores foi formado a partir da ocupação de terras de antigas fazendas à beira da rodovia estadual SE-101 responsável por conectar Laranjeiras à Riachuelo. As residências nesse povoado foram formadas a partir da autoconstrução e, alguns moradores mais antigos, possuíam relação de trabalho na fazenda cujas áreas foram ocupadas. Apesar de haver o acesso a água, muitos relatam que ela é salobra ou muito salgada, além de faltar com frequência em apenas um trecho do povoado Bom Jesus. A respeito do esgotamento sanitário é inexistente um sistema integrado, todas as residências destinam seu esgoto para o fundo das casas onde existe uma vasta área verde da fazenda ou para a frente de suas moradias.

Imagem 34 e 35: Registros de área de ocupação mais antiga do Povoado Bom Jesus (a); Esgoto lançado para a frente da residência à céu aberto – Bom Jesus (b);



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 36: Imagem de encanação para despejo de esgoto a céu aberto no povoado Bom Jesus



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 37: Registros de área de ocupação mais recente do Povoado Bom Jesus



Fonte: Própria autora, 2024.

Imagem 38: Registros de habitação em área mais recente do Povoado Bom Jesus



Fonte: Própria autora, 2024.

4.2. Observando as Leis Orçamentárias Anuais em Laranjeiras

Nesta parte do referente capítulo pretende-se analisar as Leis Orçamentárias disponíveis que compreendem o período de 2020 a 2024, confrontando as mesmas com seus respectivos Planos Plurianuais os quais estabelecem as prioridades das gestões de governo. Além disso, serão mapeados os bairros que foram alvos de metas para investimentos por meio de contrato de repasse ou convênio a fim de obter uma análise do orçamento *versus* gestão territorial.

Para uma análise completa das leis, também serão observados os relatórios resumidos de execução orçamentária de cada ano de estudo para que dessa forma haja a compreensão do que realmente foi uma prioridade ou não durante o período estudado. Nas tabelas a seguir é possível ter um panorama geral das ações/programas/atividades e orçamentos atribuídos a funções relacionadas a habitação ou infraestrutura urbana. Vale ressaltar que não foi possível realizar essa tabulação referente à LOA de 2020, pois a mesma não estava disponibilizada no portal de transparência de maneira completa de acordo com os itens estabelecidos pela lei 4.320/1964. Além disso, apesar da existência da lei de acesso à informação 12.527/2011, após a solicitação da LOA de 2020 por meio da plataforma da prefeitura não foi enviada nenhuma informação, excedendo os 20 dias de prazo estabelecidos e não sendo possível ter o acesso.

Imagem 39: Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2021 – Laranjeiras/SE

LOA 2021					
ÓRGÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO/PROJETO	PREVISÃO
17000 - Fundo de Assistência e Desenvolvimento Social	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0001 Desenvolvimento da Gestão Administrativa	6314 - Plano Municipal de Saneamento básico	R\$ 3000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1005 - Reforma, ampliação, pavimentação e urbanização do centro histórico	R\$ 1000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1006 - Aquisição e/ou desapropriação de imóveis	R\$ 1000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1014 - Construção, reforma, ampliação e revitalização de unidade e/ou conjunto habitacional	R\$ 10.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1015 - Implantação, construção, restauração e ampliação de redes de abastecimento d'água	R\$ 1000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1024 - Perfuração, Instalação e manutenção de poços artesianos	R\$ 1000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1096 - Pavimentação e drenagem entrada do pov Gameleiro (EMENDA MODIFICATIVA N° 002/20)	R\$ 110.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1100 - Saneamento básico e pavimentação da rua Taboquinha (EMENDA MODIFICATIVA N° 002/20)	R\$ 80.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1101 - Drenagem, saneamento básico e pavimentação da rua Armindo Guarana (EMENDA MODIFICATIVA N° 004 e 013/20)	R\$ 400.000,00
27001 - Prefeitura Municipal	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1104 - Pavimentação e saneamento básico do loteamento João Sapateiro (EMENDA MODIFICATIVA	R\$ 300.000,00

2021

27002 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1110 - Pavimentação e drenagem da entrada do Gameleiro (EMENDA MODIFICATIVA N° 004/20)	R\$ 100.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1111 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO DO CONJ DENISE (EMENDA MODIFICATIVA N° 004/20)	R\$ 400.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1112 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO DO LOTEAMENTO NASCE A ESPERANÇA (EMENDA MODIFICATIVA N° 004/20)	R\$ 400.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1119 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO DO CONJ NASCE A ESPERANÇA III (EMENDA MODIFICATIVA N° 006/20)	R\$ 300.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1120 - REVITALIZAÇÃO DO CALÇAMENTO E SANEAMENTO BÁSICO DO BAIRRO MACHADO (EMENDA MODIFICATIVA N° 006/20)	R\$ 200.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1121 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO DO CONJ MARIA HELENA BORGES (EMENDA MODIFICATIVA 006/20)	R\$ 400.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1123 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO DA INVASÃO DO BOM JESUS (EMENDA MODIFICATIVA 007/20)	R\$ 240.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1125 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO NO LOTEAMENTO JAPUI II EM DIVERSAS RUAS (EMENDA MODIFICATIVA 007/20)	R\$ 240.000,00

27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1125 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO NO LOTEAMENTO JAPUI II EM DIVERSAS RUAS (EMENDA MODIFICATIVA 007/20)	R\$ 240.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1126 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO NO LOTEAMENTO ARISTON EM DIVERSAS RUAS (EMENDA MODIFICATIVA 007/20)	R\$ 280.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1138 - PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO NO POVOADO VARZEA (EMENDA MODIFICATIVA 009/20)	R\$ 480.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	16 - Saneamento	512 - Saneamento Básico Urbano	0003 Promovendo o desenvolvimento urbano e rural	1127 SANEAMENTO BASICO PARA AS RUAS SIMÃO BERNADES E ADOLFO BARRETO (EMENDA MODIFICATIVA, No 007/20)	R\$ 80.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	18 -Gestão Ambiental	542 -Controle Ambiental	0002 Gestão da Sustentabilidade	2014 CONSÓRCIO PÚBLICO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS	R\$ 2.000,00
27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	18 -Gestão Ambiental	543 - Recuperação das Áreas degradadas	0002 Gestão da Sustentabilidade	1031 AMPLIAÇÃO, DRENAGEM E LIMPEZA DE RIOS	R\$ 2.000,00

Fonte: Prefeitura de Laranjeiras adaptado pela autora, 2024.

Imagem 40: Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2022 – Laranjeiras/SE

LOA 2022						
ANO	ÓRGÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO/PROJETO	PREVISÃO
2022	17000 - Fundo de Assistência e Desenvolvimento Social	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	244- Assistência Comunitária	Programa 6 - Incentivo ao bem estar com ênfase na redução das desigualdades sociais.	1009 - fundo municipal de habitação de Interesse Social	R\$ 1.650,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 1: Desenvolvimento da gestão administrativa	2044 - Plano Municipal de Saneamento Básico	R\$ 1.650,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1016 - Reforma, ampliação, pavimentação e urbanização do Centro Histórico	R\$ 1.100,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1017 -Aquisição e/ou desapropriação de imóveis	R\$ 1.100,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1025 - Construção, restauração e ampliação do Saneamento Básico em Diversas ruas	R\$ 4.405.850,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1033 - Construção, reforma e recuperação de passagens molhadas	R\$ 1.650,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1034 - Perfuração, instalação e manutenção de poços artesianos	R\$ 1.100,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1038 - Construção e recuperação de casas populares	R\$ 500.000,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 - Urbanismo	452 - Serviços Urbanos	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1048 - projetos serviços de engenharia	R\$ 100.000,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	18 - Gestão ambiental	542 - Controle Ambiental	Programa: 2 Gestão da sustentabilidade	2060 - Consórcio público para resíduos sólidos	R\$ 50.000,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	18 - Gestão Ambiental	543 - Recuperação de áreas degradadas	Programa 2 - Gestão da Sustentabilidade	1053 - Ampliação, drenagem e limpeza de rios	R\$ 2.200,00

Fonte: Prefeitura de Laranjeiras adaptado pela autora, 2024.

Imagem 41: Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2023 – Laranjeiras/SE

LOA 2023						
ANO	ÓRGÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO/PROJETO	PREVISÃO
2023	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	18 - Gestão ambiental	542 - Controle Ambiental	Programa: 2 Gestão da sustentabilidade	2060 - Consórcio público para resíduos sólidos	R\$ 100.000,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	18 - Gestão Ambiental	543 - Recuperação de áreas degradadas	Programa 2 - Gestão da Sustentabilidade	1053 - Ampliação, drenagem e limpeza de rios	R\$ 2750,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa : 1 Desenvolvimento da gestão administrativa	2044 - Plano Municipal de Saneamento Básico	R\$ 1650,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1016 - Reforma. ampliação, pavimentação e urbanização do Centro Histórico	R\$ 1500,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1017 -Aquisição e/ou desapropriação de imóveis	R\$ 2000,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1025 - Construção, restauração e ampliação do Saneamento Básico em Diversas ruas	R\$ 3.667.950,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1033 - Construção, reforma e recuperação de passagens molhadas	R\$ 2000,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1034 - Perfuração, instalação e manutenção de poços artesianos	R\$ 1500,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1038 - Construção e recuperação de casas populares	R\$ 51.000,00
	30000 - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES	08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitaria	Programa: 6 Incentivo ao bem estar com ênfase na redução das desigualdades sociais	1009 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS	R\$ 3.000,00

Fonte: Prefeitura de Laranjeiras adaptado pela autora, 2024.

Imagem 42: Mapeamento tabelado das ações voltadas a saneamento básico, urbanismo e habitação na LOA 2024 – Laranjeiras/SE

LOA 2024						
ANO	ÓRGÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO/PROJETO	PREVISÃO
2024	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa : 1 Desenvolvimento da gestão administrativa	2044 - Plano Municipal de Saneamento Básico	R\$ 300,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1016 - Reforma. ampliação, pavimentação e urbanização do Centro Histórico	R\$ 300,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa 3: Promovendo o Desenvolvimento Urbano e Rural	1017 -Aquisição e/ou desapropriação de imóveis	R\$ 400,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1025 - Construção, restauração e ampliação do Saneamento Básico em Diversas ruas	R\$ 2.000.400,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1033 - Construção, reforma e recuperação de passagens molhadas	R\$ 400,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1034 - Perfuração e instalação de poços artesianos	R\$ 300,00
	27000 - Prefeitura Municipal de Laranjeiras	15 -Urbanismo	451 - Infraestrutura urbana	Programa: 3 Promovendo o desenvolvimento Urbano e rural	1038 - Construção e recuperação de casas populares	R\$ 200,00

Fonte: Prefeitura de Laranjeiras adaptado pela autora, 2024.

Ao observar as tabelas, tem-se um filtro das funções relacionadas à infraestrutura urbana presentes nas respectivas leis. Nessas funções, muitos programas possuem a previsão de um valor que não condiz com a realidade, como a previsão de apenas de R\$ 1650,00 para o Fundo de Habitação de Interesse Social em 2022 ou até mesmo a ação/projeto de reforma, ampliação, pavimentação e urbanização do Centro Histórico em 2023, talvez na esperança de pleitear algum recurso ao longo do processo, fato que não foi conquistado. Ao mesmo tempo que existem outros projetos/ações que possuem valores plausíveis de previsão para sua execução como a ação/projeto de Construção, restauração e ampliação do Saneamento Básico em Diversas ruas que foi previsto R\$ 3.667.950,00 para a sua execução na LOA de 2023. Mesmo passando de uma gestão para outra se mantem um determinado padrão no quesito de programas, projetos e ações, além do comportamento similar da destinação irrisória para determinadas ações.

Outrossim, um importante documento obrigatório cuja a elaboração também é de responsabilidade da equipe gestora, é o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). Este relatório é emitido bimestralmente por cada gestor indicando a dotação inicial para determinada função e sub-função, a dotação atualizada, o valor que foi gasto, o seu saldo entre outras informações como a origem das receitas de cada ente federativo, no caso de estudo, do município de Laranjeiras.

No presente trabalho foram analisados os RREOs referentes ao último bimestre de cada ano do estudo, exceto o de 2024 em decorrência da sua ainda vigência do ano orçamentário. Para o ano de 2024, foi analisado a RREO do último bimestre disponível. Nas tabelas a seguir serão consideradas as subfunções relacionadas a infraestrutura urbana (ações de drenagem, pavimentação, iluminação pública), de serviços urbanos (como coleta de resíduos sólidos) e de saneamento básico, independente da função que estes estejam relacionados.

Em 2020 e 2021 a subfunção de infraestrutura urbana foi enquadrada nas funções de Saúde, Urbanismo e Energia. Já os anos de 2022, 2023 e 2024 concentraram a infraestrutura urbana apenas nas funções de urbanismo e energia. Embora tenha sido inserido também na função referente à saúde a atualização da dotação para infraestrutura urbana dentro dessa função foi reduzida de R\$ 2.000.000,00 a R\$ 00,00 nos dois anos.

Além disso, a subfunção de infraestrutura urbana também sofreu uma atualização decrescente da sua dotação dentro da função de urbanismo nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 representando apenas 5,03%, 18,54%, 12,07%, 20,66% , respectivamente, do total de sua função. A atualização da dotação para a infraestrutura dentro do urbanismo para um valor menor indica que esse recurso foi remanejado para outra área considerada de maior prioridade para o poder público gestor da cidade de Laranjeiras. Esse remanejamento pode ter sido realizado desde ao pagamento de pessoal à insumos ou necessidades voltadas aos postos de saúde, por exemplo. É possível observar nas tabelas a seguir as informações citadas acima.

Imagem 43: Tabela com a dotação inicial e atualizada referente às subfunções de infraestrutura urbana, serviços urbanos, saneamento básico urbano em suas respectivas funções relativas ao ano de 2020.

RREO 2020			
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
10 - SAÚDE		R\$ 23.066.400,00	R\$ 26.283.434,30
	451 - INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 200.000,00	R\$ -
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA = 0,00%
15 - URBANISMO		R\$ 19.145.500,00	R\$ 18.230.370,00
	451 - INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 9.303.000,00	R\$ 918.270,00
	452 - SERVIÇOS URBANOS	R\$ 5.684.500,00	R\$ 7.612.697,11
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA = 5,037% SERVIÇOS URBANOS = 41,75%
17 - SANEAMENTO		R\$ 140.000,00	R\$ -
	512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$ 140.000,00	R\$ -
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			SANEAMENTO BÁSICO URB= 0,00%
25 - ENERGIA			
	451 - INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 758.000,00	R\$ 1.540.000,00

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária, Prefeitura de Laranjeiras, 2020. Adaptado pela autora, 2024.

Imagem 44: Tabela com a dotação inicial e atualizada referente às subfunções de infraestrutura urbana, serviços urbanos, saneamento básico urbano em suas respectivas funções relativas ao ano de 2021.

RREO 2021			
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
SAÚDE		R\$ 24.312.400,00	R\$ 27.207.263,99
	INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 200.000,00	R\$ -
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA = 0%
URBANISMO		R\$ 18.208.280,00	R\$ 22.360.171,03
	INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 9.324.000,00	R\$ 4.145.941,03
	SERVIÇOS URBANOS	R\$ 5.084.000,00	R\$ 9.822.200,00
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA = 18,54% SERVIÇOS URBANOS = 43,92%
SANEAMENTO		R\$ 60.000,00	R\$ -
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$ 60.000,00	R\$ -
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA = 0
ENERGIA		R\$ 650.000,00	R\$ 2.182.415,19
	INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 650.000,00	R\$ 2.182.415,19
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA =100%

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária, Prefeitura de Laranjeiras, 2021. Adaptado pela autora, 2024.

Imagem 45: Tabela com a dotação inicial e atualizada referente às subfunções de infraestrutura urbana, serviços urbanos, saneamento básico urbano em suas respectivas funções relativas ao ano de 2022.

RREO 2022			
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
URBANISMO		R\$ 24.173.810,00	R\$ 24.302.658,97
	INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 18.928.562,00	R\$ 2.934.552,24
	SERVIÇOS URBANOS	R\$ 3.234.950,00	R\$ 12.824.205,95
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA = 12,07% SERVIÇOS URBANOS = 52,76%
ENERGIA		R\$ 1.521.550,00	R\$ 3.150.816,58
	INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 1.521.550,00	R\$ 3.150.816,58
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA =100%

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária, Prefeitura de Laranjeiras, 2022. Adaptado pela autora, 2024.

Imagem 46: Tabela com a dotação inicial e atualizada referente às subfunções de infraestrutura urbana, serviços urbanos, saneamento básico urbano em suas respectivas funções relativas ao ano de 2023.

RREO 2023			
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
URBANISMO		R\$ 32.241.572,00	R\$ 27.226.184,40
	INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 14.141.600,00	R\$ 5.625.074,65
	SERVIÇOS URBANOS	R\$ 9.643.952,00	R\$ 13.236.101,03
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA = 20,66%
ENERGIA		R\$ 1.728.500,00	R\$ 3.699.786,86
	INFRAESTRUTURA URBANA	R\$ 1.728.500,00	R\$ 3.699.786,86
PORCENTAGEM SUBFUNÇÃO/FUNÇÃO			INFRAESTRUTURA =100%

Fonte: Relatório de Execução Orçamentária, Prefeitura de Laranjeiras, 2022. Adaptado pela autora, 2024.

Uma observação importante a fazer é que a função de Saneamento e a subfunção de Saneamento básico só esteve presente dentre os anos de análise em 2020 e 2021, porém isso não foi suficiente uma vez que a atualização de sua dotação foi reduzida a R\$ 00,00, logo não houve nenhuma ação empenhada dentro dessa função.

Vale notar ainda que apenas na função de Energia a subfunção de infraestrutura urbana teve sua atualização de dotação aumentada. Esse fato corrobora para o entendimento de que essa função tem uma prioridade maior do que as outras funções que se relacionam a obras voltadas a esgotamento sanitário, drenagem e distribuição de água, feitos estes “invisíveis” no dia a dia, mas que assim como a iluminação pública promovem uma melhor qualidade de vida para as cidades brasileiras.

É interessante confrontar as prioridades observadas nessas tabelas e os eixos norteadores dos Planos Plurianuais (PPAs), que são as peças orçamentárias que antecedem a criação das LDOs e das LOAs. O PPA que compreende os anos de 2018 – 2021 não possui texto teórico para justificar as suas prioridades, porém o PPA referente aos anos de 2022-2025 indica dois eixos norteadores. Para fins de análise com os aspectos dos estudos aqui apontados, o presente trabalho ater-se-á apenas ao eixo I, Desenvolvimento Humano e Social, Cidadania e Inclusão, que inclui em sua composição saúde, habitação e ações destinadas a melhoria da infraestrutura, do planejamento urbano e limpeza urbana, mobilidade e meio ambiente (Laranjeiras, 2021).

Os entes federativos possuem dois tipos de receita que compõem seu planejamento orçamentário, a receita de capital e a receita corrente. De acordo com o Glossário de Termos Orçamentários disponível no site do congresso nacional a receita de capital não afeta o patrimônio líquido do ente e podem ser constituídas a partir de recursos financeiros de dívidas e conversão de bens. Já a receita corrente consiste nas arrecadações durante o exercício financeiro, nos casos analisados, exercícios anuais. Essas receitas permitem o aumento da disponibilidade financeira do Estado, são exemplos desse tipo de receita: receita de contribuições, de serviços, tributárias, agropecuárias, entre outras. Para tal, nesse trabalho se analisará os recursos pleiteados e obtidos por meio de emendas parlamentares ou convênios que possibilitaram a execução de obras sobre habitação e seu entorno e saneamento básico em Laranjeiras.

4.3. Convênios e Contratos de repasse realizados pela prefeitura de Laranjeiras no que tange saneamento básico e habitação

É importante lembrar que a transferência por convênio se dá para que ocorra a execução de algum programa do governo federal, havendo então repasses da União para órgãos das outras esferas federativas e o distrito federal. Já os contratos de repasse acontecem para que o recurso financeiro chegue aos estados e municípios por meio de um agente financeiro, atualmente, a Caixa Econômica Federal na maioria dos casos conforme descrito pelo glossário do Tribunal de Contas da União (2016).

Com isso, a partir do entendimento que os convênios e os contratos de repasse são maneiras de ampliar as capacidades financeiras dos municípios e estados, destacar-se-á propostas realizadas entre 2020 e 2024 no recorte temático de estudo: habitação e seu entorno e saneamento básico. Em seguida, o mapeamento se tratará a respeito dos repasses que foram efetivamente realizados entre os anos de 2020 e 2024 para Laranjeiras, mesmo que estes tenham sido propostos em anos anteriores.

Tabela 01 – Tentativas de repasse via convênios ou emendas parlamentares.

Nº do instrumento	Nº do Processo	Programa	Objeto	Valor a ser repassado	Data Inicial
CONTRATO DE REPASSE 914930	<u>029811/2021</u>	SDRU/MDR - 2217 - Programa de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado -	Infraestrutura Urbana de drenagem Mobilidade em estradas vicinais e de rodovias estaduais do município de Laranjeiras/SE (Várzea, Gameleiro, Taboquinha, Cedro, Mussuca, Estrada entre Calumbi e Camaratuba)	R\$ 9.575.191,00	23/08/2021
CONTRATO DE REPASSE 913418/2021	20569/2021	-	Infraestrutura Urbana DE DRENAGEM E Mobilidade no loteamento João Sapateiro	R\$ 287.306,00	23/08/2021
CONTRATO DE REPASSE <u>029754/2021</u>	-	Apoio A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária	Pavimentação e Drenagem de Ruas no Conjunto Ariston, município de Laranjeiras/SE	R\$ 481.604,00	23/08/2021

COVÊNIO 045937/2021	-	2222 - Saneamento Básico - (Ação 6908 - Educação em Saúde Voltada para o Saneamento Ambienta	Ações de educação ambiental em áreas rurais de municípios consorciados. Em Laranjeiras, o local de intervenção seria Mussuca.	R\$ 182.491,60	17/02/2022
CONVÊNIO <u>015025/2022</u>	-	2222 - Saneamento Básico - (Ação 6908 - Educação em Saúde Voltada para o Saneamento Ambiental)	Mussuca.	R\$ 376.340,00	29/07/2022
CONTRATO DE REPASSE043956/2023		Ação 00T1 - Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado a Implantação e Qualificação Viária - RP2	MOBILIDADE - CALÇAMENTO E ASFALTO no loteamento João Sapateiro	R\$ 335.755,00	15/12/2023

Fonte: Transfere.gov; Portal de Transparência Prefeitura de Laranjeiras, adaptado pela autora, 2024.

Em 2020 não foram encontrados nenhum registro de propostas de emendas parlamentares para Laranjeiras nem aprovadas nem tentativas de submissão. Não foram encontrados nem nos relatórios disponíveis no site da prefeitura nem na plataforma Transfere.gov.

No ano seguinte, em 2021, segundo informações obtidas no relatório disposto pela prefeitura de Laranjeiras, houve a submissão de três propostas de emendas parlamentares para o município de Laranjeiras, sendo duas delas voltadas para assuntos relacionados a infraestrutura urbana no que tange pavimentação de ruas e drenagem.

Além destas, houveram duas transferências especiais totalizando juntas o valor de R\$ 907.556,00 as quais tinham como projeto de ação a pavimentação e melhorias de vias, porém sem maiores detalhamentos. Nesse mesmo ano, além das emendas parlamentares foi encontrado o registro na plataforma transfere.gov de um convênio realizado com recursos vindos do programa de Saneamento Básico da Fundação Nacional da Saúde no valor de R\$ 182.491,60 o qual foi realizado pelo consórcio de Saneamento Básico o qual Laranjeiras estava inserido junto a outros municípios sergipanos. Esse convênio teve como objetivo ações de educação ambiental por diferentes povoados em cada município, sendo em Laranjeiras, a Mussuca. Outro registro encontrado foi o contrato de repasse de R\$ 481.604,00 que tem como meta a pavimentação e drenagem do conjunto Ariston em Laranjeiras.

Em 2022, houve apenas uma proposta de emenda parlamentar destinada para a prefeitura de Laranjeiras e a mesma tratava sobre a construção de um campo de futebol e quadra de areia no município. Nesse ano não houve nenhuma transferência especial. Relacionado a saneamento básico ocorreu apenas um repasse também, assim como em 2021, voltado a educação em saúde para o saneamento ambiental nos mesmos moldes do ano anterior.

Já em 2023, houveram apenas transferências especiais propostas para o município tendo em sua programação orçamentária ações voltadas à implantação e qualificação viária em Laranjeiras, totalizando um valor de R\$ 2.451.921,00. Nesse ano existiu a elaboração do contrato de repasse para calçamento e asfalto no loteamento João Sapateiro, não havendo uma ação específica para drenagem ou esgotamento sanitário.

Por fim, no ano de 2024 apenas foram propostas transferências especiais totalizando o valor de R\$ 2.050.000,00.

É possível notar ainda que em nenhum dos 5 anos analisados houve proposta de emenda ou propostas do município a algum ministério na tentativa de algum contrato de repasse ou convênio com objetivo pautado na construção de moradias ou melhorias habitacionais, bem como ações de drenagem, coleta e tratamento de esgoto ou melhoria para o acesso a água em Laranjeiras.

Embora tenham ocorrido essas propostas no intervalo de 2020 a 2024, os repasses não costumam ocorrer no mesmo ano do início desse processo. Logo, com base nos relatórios de transferências recebidas do portal de transparência da Prefeitura de Laranjeiras bem como o portal de transparência de convênios do governo federal, foram elencadas as transferências recebidas durante esses anos mesmo que tenham sido propostas em anos anteriores.

Muitos recursos que foram pleiteados em anos como 2017 e 2018 só vieram a ser repassados em 2020, 2021, por exemplo. Esse intervalo de tempo grande ocorre devido algumas deficiências de interlocução entre os entes que propõe e as análises do governo federal. Para ser conseguido o recurso, existe um longo processo de submissão e análise os quais permitem tentar tratar com mais seriedade a aplicação desses recursos financeiros, sendo preciso eficiência da equipe técnica dos municípios para produzir todos os materiais de análise e projetos necessários.

Vale ressaltar a partir de conversa com integrantes da gestão do município os diferentes esforços e necessidades para pleitear e ser estratégico na aplicação dos recursos. Além da explanação que durante essas gestões dos anos analisados não se possui verba significativa direcionada a habitação em si, sendo uma prioridade a educação e a pavimentação das ruas, por exemplo. Para além disso, ao conquistar o recurso é preciso celeridade para executá-lo a fim de não perde-lo por falta de consistência para continuar o processo.

Imagem 47: Tabela com os contratos de repasse ou convênios recebidos parcialmente ou integralmente pela prefeitura de Laranjeiras entre 2020 e 2024.

TABELA DE CONVÊNIOS/CONTRATOS POR ANO DE REPASSE									
MINISTÉRIO	OBJETO	LOCAL DO OBJETO	CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE	ANO DA PROPOSTA	VALOR DO REPASSE	VALOR REPASSADO	DATA DO REPASSE	DATA DE VIGÊNCIA	
MINISTERIO DAS CIDADES	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS	LOT. PAULO HAGENBECK; LOT. JAPUÍ II	CONTRATO DE REPASSE - 846311	2017	R\$ 592.000,00	R\$ 592.000,00	17/12/2020	12/09/2022	
MINISTERIO DAS CIDADES	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS	RODOVIA WALTER FRANCO	CONTRATO DE REPASSE - 874793	2018	R\$ 455.238,09	R\$ 432.476,19	05/03/2021	30/06/2024	
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, ADEQUAÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS VICINAIS E RODOVIAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	VÁRZEA, GAMELEIRO, TABOQUINHA, CEDRO, MUSSUCA, ESTRADA DE CALUMBI A CAMARATUBA	914930	2021	R\$ 9.575.191,00	R\$ 478.759,55	02/12/2022	23/08/2026	
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	ESTRADA ENTRE O GAMELEIRO E O POVOADO SALINAS	908345	2020	R\$ 477.500,00	R\$ 95.500,00	30/06/2022	30/04/2025	
MINISTERIO DA SAUDE	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	RESERVA E ABASTECIMENTO DO CONJUNTO JAPUÍ II E ARISTON	CONVÊNIO - 864786	2018	R\$ 992.734,60	R\$ 198.546,92	14/02/2025	31/12/2024	
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	GAMELEIRO PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDO	908345	2020	R\$ 477.500,00	R\$ 382.000,00	10/11/2023	30/04/2025	
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	ESTRADA DE CAMARATUBA AO CALUMBI; MUSSUCA; SE 429/ GAMELEIRO;	CONVÊNIO - 910525	2021	R\$ 4.800.000,00	R\$ 805.565,18	20/12/2023	14/07/2024	
MINISTERIO DAS CIDADES	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	LOTEAMENTO JOÃO SAPATEIRO	913418	2021	R\$ 287.306,00	R\$ 287.306,00	12/12/2023	23/08/2024	
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	PAVIMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS VICINAIS E DE RODOVIAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	TABOQUINHA; CAMARATUBA-CALUMBI; CEDRO; MUSSUCA	914930	2021	R\$ 9.575.191,00	R\$ 1.434.240,45	19/12/2023	23/08/2026	
MINISTERIO DAS CIDADES	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	CONJUNTO ARISTON	CONTRATO DE REPASSE - 915107	2021	R\$ 481.104,00	R\$ 481.107,00	24/07/2023	23/08/2024	
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	PAVIMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS VICINAIS E DE RODOVIAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS/SE	TABOQUINHA; CAMARATUBA-CALUMBI; CEDRO; MUSSUCA	914930	2021	R\$ 9.575.191,00	R\$ 2.875.191,00	19/06/2024	23/08/2026	

Fonte: Relatórios disponíveis em: <https://transparencia.laranjeiras.se.gov.br/> ; Transfere.gov, adaptados pela autora, 2024.⁴

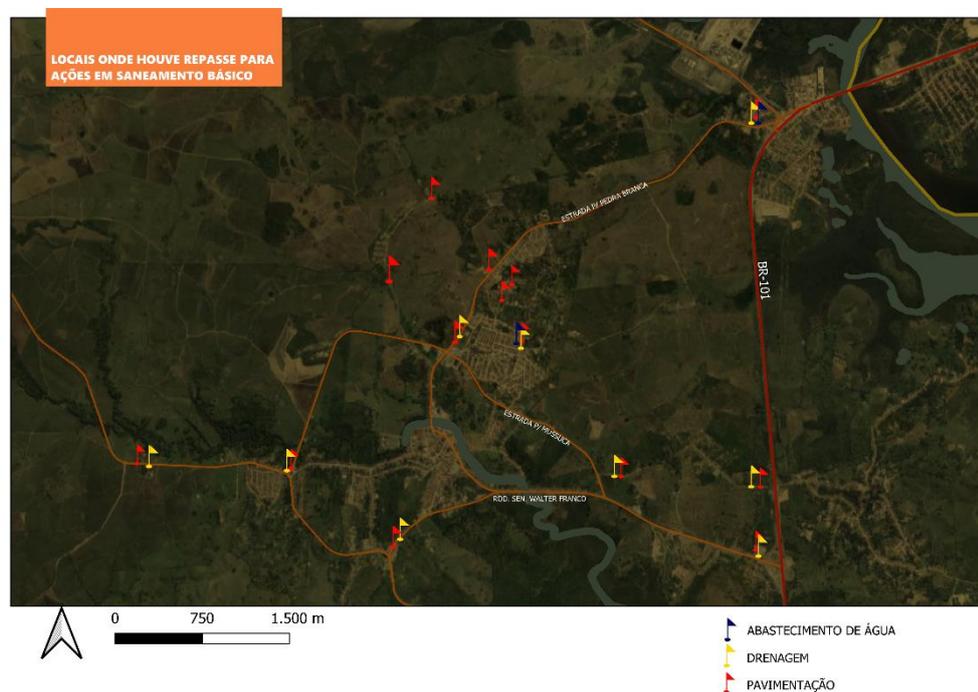
⁴ ANEXOS A, B, C, D, E.

De acordo com a tabela anterior, 9 das 11 ações listadas são de obras para pavimentação de bairros, conjuntos e povoados no município. Outrossim, 5 das 11 tiveram como objetivo ações de drenagem, apenas 1 sobre ampliação de acesso à água. Logo, foi possível identificar ações relacionadas a ampliação do acesso a água no município, pavimentação de ruas e estradas e drenagem em algumas localidades de Laranjeiras. Porém, durante os anos de 2020 e 2024 não houve nenhuma transferência por convênio ou contrato de repasse com objetivos relacionados à coleta e tratamento de esgoto nem mesmo para melhorias habitacionais.

Além disso, apenas 33% do total de propostas nesses 5 anos já tiveram recursos totalmente repassados para a prefeitura local sendo eles: a pavimentação e drenagem do conjunto Hagenbeck e Japuí II (ano de proposta 2017), pavimentação e drenagem do loteamento João Sapateiro (ano da proposta 2021) e a pavimentação e drenagem do conjunto Ariston (ano da proposta 2021).

Afim de obter uma análise espacializada das localidades as quais são os objetos desses recursos financeiros repassados, será apresentado um mapa do município de Laranjeiras com tais identificações.

Imagem 48: Locais onde houve o repasse de recurso por meio de convênios ou contratos de repasse relacionados a saneamento básico e pavimentação em Laranjeiras 2020-2024.



Fonte: Imagens satélite Google Earth, 2023; Plataforma do governo federal Transfere.gov, adaptado pela autora, 2024.

Em contrapartida a esses dados, é importante observar a qualidade do acesso à água pontuado nos relatos dos moradores, além das condições de coleta e tratamento de esgoto e da própria necessidade de melhorias de algumas habitações em diversos bairros. Houve nos últimos anos um grande empenho da

gestão local para a pavimentação de diversas ruas na tentativa de melhorar a viabilidade de transportes rodoviários. No entanto, se faz necessário ter um olhar atento no que tange a qualidade dessas moradias seja em sua estrutura seja na infraestrutura necessária.

Em solicitação de informações a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO - sobre coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água, foi informado que a Companhia não possui trabalhos relacionados à coleta e tratamento de esgoto passando a ser esta de responsabilidade do município. Já a distribuição de água no município mantinha-se com a DESO. Em materiais de projeto disponibilizado pela companhia (Anexos K, L, M, N), o projeto executivo de distribuição de água feita pela mesma abrange toda área do centro de Laranjeiras, incluindo a região dos Conjuntos, Pastora, Várzea, Comandaroba, Gameleiro. Nos projetos enviados não foram identificadas áreas de abrangência no povoado Mussuca, Pedra Branca e Bom Jesus. Embora não haja essa identificação, foi possível reconhecer a presença de caixas d'água de abastecimento com registro da COHIDRO no povoado Bom Jesus.

A qualidade da moradia e de seu entorno estão diretamente ligadas à saúde e a qualidade de vida. Atentar-se a entrega de moradias que tenham boa ventilação, espaços com tamanhos adequados para as necessidades de cada família ajuda a prevenir e combater diversas doenças como foi possível notar de maneira alarmante durante a pandemia do COVID-19.

O acesso a água sem qualidade, a presença do habitat em áreas com esgoto a céu aberto, despejados em áreas naturais sem tratamento também causam diversas doenças como diarreias, cólera e verminoses. Em Laranjeiras foram registrados segundo relatórios da Prefeitura Municipal referentes à internações no HUSE (Hospital de Urgência de Sergipe) 420 casos em 2019, 136 em 2021, 382 em 2022 e 559 em 2023 de internações por diarreia aguda (ANEXOS F, G, H, I, J). Esta doença tem como duas de suas principais causas a ingestão de água sem tratamento adequado e a presença em locais sem uma rede de esgotamento sanitário adequada.

As atribuições sobre o saneamento básico no município são separadas por diferentes como a DESO e próprio poder municipal, no entanto algumas ações ainda não são realizadas. É possível notar pelos relatos dos moradores a eficiência na coleta dos resíduos sólidos e que a água acessa praticamente todo o município. No entanto, vale ressaltar que não há de maneira eficiente a coleta e tratamento do esgoto, fato muito prejudicial aos moradores e vida de outros seres vivos quando este é despejado no rio Cotinguiba. Além disso, ainda existem muitas áreas do município sem acesso a água de qualidade e com falta frequente. O próximo passo, além das melhorias de pavimentação talvez seja agregar esforços para a melhoria dos outros serviços de saneamento básico.

Além das propostas apresentadas no presente trabalho que foram destacadas em relação ao objetivo da destinação do recurso que pôde chegar até o município de Laranjeiras através de diferentes emendas parlamentares e programas federais, o município atualmente tem chances de avançar cada vez mais. O

programa Periferia Viva idealizado pela Secretaria Nacional das Periferias vinculada ao Ministério das Cidades exemplifica novas possibilidades e chances de amplificar o acesso a direitos como saúde através de uma moradia de qualidade, de um espaço urbano, público que gere o bem viver.

A cidade de Laranjeiras recebe esse programa no povoado Salinas, conjunto José Monteiro Sobral que foi apresentado nesta pesquisa, na tentativa que com a parceria com a Universidade Pública o compromisso social dessas duas entidades possa efetivamente acontecer e trazer mais benefícios para o município. A presença da residência universitária nesse conjunto em um município como Laranjeiras reforça a necessidade da integração dos diferentes agentes na garantia de cidades justas tanto no contexto das regiões metropolitanas como de municípios menores.

5. CONCLUSÃO

Diante de todo o estudo realizado e apresentado é possível firmar algumas ideias essenciais para avançar no campo da arquitetura e urbanismo como o seu compromisso social e urgente com as questões das desigualdades sociais no âmbito da moradia e da qualidade do espaço onde está inserida. É importante frisar o impacto que os técnicos podem e devem fazer seja junto a sociedade civil em suas mais diversas formas de se organizar, seja dentro dos espaços da administração pública. Independentemente do lugar que ocupe é importante ter a ciência que o técnico, no caso dessa área de estudo, o arquiteto e urbanista possui o conhecimento que o permite dialogar e transitar entre às necessidades vividas nos territórios e os processos e técnicas necessárias para a efetivação de políticas públicas relacionadas à sua área de atuação.

Além disso, o orçamento público ainda precisa ser mais difundido entre todas as camadas da sociedade, não se restringindo e sendo dificultado seu acesso relacionado aos diversos termos técnicos e processuais existentes. O orçamento público precisa voltar a ser pautado de maneira participativa e em moldes que evoluam ainda mais ao passar do tempo para que de fato os municípios possam devolver em forma de bem-estar e dignidade tudo o que a classe trabalhadora realiza para erguer e manter a cidade viva.

Ainda é importante que, nas discursões sobre as cidades, possa se observar e querer amplificar a qualidade de vida nos pequenos e médios municípios. Ao trabalhar, também, de maneira a direcionar recursos e projetos às populações que habitam encostas, em áreas de possível inundação, provendo infraestrutura e estruturas para essas localidades, pautando sobretudo o orçamento aplicado sobre os recortes de classe, raça e gênero, a fim de combater diferentes problemáticas, como por exemplo o racismo ambiental. Dessa maneira, a aplicação do orçamento público em ações que melhore a qualidade das habitações, seja internamente ou em seu meio, é crucial para uma ação de reparação histórica.

Outrossim, potencializando equipes técnicas que compreendam os processos administrativos para poder transformar os problemas em ações para resolvê-los. Dessa forma, pensar as problemáticas nos municípios menores permite também estar mais próximo da maioria dos cidadãos brasileiros e pensar em um futuro melhor de maneira conjunta integrando não somente o estado a investidores, mas também àqueles que precisam dos recursos desses investimentos.

Embora a pauta do orçamento público tenha surgido e se apropriado enquanto espaço para a efetivação de políticas públicas ainda é necessário que ele seja apropriado pela população. Ao entender verdadeiramente onde o dinheiro público está sendo aplicado movimentos sociais e as organizações da sociedade civil qualificam ainda mais o debate já muito fortificado e solidificado por meio da organização popular.

Outrossim, é preciso romper com a película imposta por muitos gestores públicos que temem construir políticas junto com o povo, é necessário que os gestores possam transformar pouco a pouco a maneira de fazer política assim como já foi possível ver acontecendo orçamentos e planos diretores participativos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BACHUR, João Paulo. Federalismo fiscal, atribuições fiscais constitucionais e equalização regional: EUA, Alemanha e Brasil em perspectiva comparada. *Revista do Serviço Público - RSP*, v. 54, n. 4, p. 377-401. 2005.
- BAIÃO, Alexandre Lima; DA CUNHA, Armando Santos Moreira; DE SOUZA, Flávio Sergio Rezende Nunes. Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. *Revista Serviço Público*, [s. l.], 29 set. 2017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1406/1578>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- BATISTA, Mariana. **Burocracia local e qualidade da implementação de políticas descentralizadas: uma análise da gestão de recursos federais pelos municípios brasileiros**. *Revista do Serviço Público - RSP*, v. 66, n. 3, p. 345-370. 2015.
- BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. xix, 350 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/7c66c099-13c2-4c68-96cb-95860693bb86>. Acesso em: 12/03/2024.
- BONDUKI, Nabil. **A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo**. 1º edição. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BRASIL: [s. n.], 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BRASIL. SOBRE o Minha Casa, Minha Vida. *In: Programa Minha Casa Minha Vida*. [S. l.], 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- BRASIL. Lei 601, 18 de setembro de 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-601-18-setembro-1850-559842-publicacaooriginal-82254-pl.html>. Acesso: 10 de mar. 2024.
- BRASIL, 2001. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. Brasil, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm#:~:text=Para%20todos%20os%20efeitos%2C%20esta,bem%20como%20do%20equil%C3%ADbrio%20ambiental. Acesso em: 12 mar. 2024
- CÂMARA, Maria Gabriela Anacleto Phaelante da. **Análise comparativa entre programas governamentais de habitação: Programa Minha Casa Minha Vida e programa Casa Verde e Amarela sob uma perspectiva jurídica**. Orientador: Hugo Belarmino de Moraes. 2023. 58 p. TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27644>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Consulta de Convênios e Acordos: Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/convencios/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&ofset=&direcaoOrdenacao=asc&numero=864786&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CnumeroConvenio%2Cuf%2CmunicipioConveniente%2Csituacao%2CtipoTransferencia%2Cobjetivo%2CorgaoSuperior%2Corgao%2Cconcedente%2Cconveniente%2CdataInicioVigencia%2CdataFimVigencia%2CdataPublicacao%2CvalorLiberado%2CvalorCelebrado&ordenarPor=orgao&direcao=desc>. Acesso: 05 de out. 2024.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989

CRUZ, Flávia Duarte de Oliveira *et al.* A MUNICIPALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO: QUANDO O PEQUENO SE TORNA GRANDE. **Informe GEPEC**, [s. l.], v. 27, ed. 2, 20 fev. 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/31188/22182>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DE AZEVEDO, Sérgio. DE ANDRADE, Luís Aureliano Gama. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p. ISBN: 978-85-7982-055-7. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso: 20/09/2024.

DE JESUS SANTOS, Cristiane Alcântara; FRANÇA, Dr^a Vera Lúcia Alves. **PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE LARANJEIRAS–SERGIPE-BRASIL: DESRURALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO**.

DE LIMA, Bruno Avellar Alves; ZANIRATO, Silvia Helena. Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista. **I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, França, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/bruno-avellar-alves-de-lima-e-silvia-helena-zanirato.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

DOS SANTOS, Fernanda Flores Silva *et al.* O desenvolvimento do saneamento básico no Brasil e as consequências para a saúde pública. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, [s. l.], v. 4, ed. 1, p. 241-251, 2 fev. 2018. Disponível em: <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/127/113>. Acesso em: 22 mar. 2024.

D'OTTAVIANO, Camila; PASTERNAK, Suzana. Políticas recentes de melhorias urbanas: municípios pequenos e médios e favelas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 17, ed. 1, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951512006.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

Elane Ribeiro Peixoto; Pedro P. Palazzo; Maria Fernanda Derntl; Ricardo Trevisan; (orgs.). **Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo**. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Editora FAU–UnB, 2014. ISBN 978-85-60762-19-4

EM APENAS 3,6% dos municípios empresas privadas são responsáveis pelo abastecimento de água. **In: Saneamento Básico**. [S. l.], 22 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28325-em-apenas-3-6-dos-municipios-empresas-privadas-sao-responsaveis-pelo-abastecimento-de-agua>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ESTATÍSTICAS. [S. l.], 1 abr. 2024. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/painel-saneamento-brasil/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw2PSvBhDjARIsAKc2cgPa4fphcKDTSnErm1GDJ6zGxj9ITpIO6L8pehrS1MSbSfbCo8nt8QaAs1oEALw_wcB. Acesso em: 23 mar. 2024.

FRANÇA, Sarah Lucia Alves. DIREITO À CIDADE E EXPANSÃO URBANA: INTERFERÊNCIA DO PLANO DIRETOR NA ATUAÇÃO DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO EM ARACAJU-SE, BRASIL. **Revista de Direito da Cidade**, [s. l.], ano 2020, v. 11, ed. 4, p. 84-113, 28 fev. 2020. DOI 10.12957/rdc.2019.42003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/43113/32625>. Acesso em: 15 mar. 2024. Klink, J., & Barcellos de Souza, M. (2017). Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. *Cadernos Metrópole*, 19(39), 379–406. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-3902>

HUNT, E.K. LAUTZENHEISE, Mark. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. 3^o edição. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2013.

MELO, André Luis Dantas; JORGE, Marcos Antônio. **Capítulo 3: Uma análise da viabilidade econômico-financeira dos municípios sergipanos.** Políticas Públicas Para Gestão de Cidades / Napoleão Santos Queiroz (organizador), São Cristóvão, p. 87-113, 2020.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando; SPÓSITO, Eliseu Savério. DISCUSSÃO GEOGRÁFICA SOBRE CIDADES PEQUENAS. **GEOGRAFIA**, Rio Claro/SP, v. 34, ed. 2, p. 203-217, MAIO-AGOSTO 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3170>. Acesso em: 5 fev. 2024.

LARANJEIRAS. Lei 1.184, 22 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o orçamento geral do município de Laranjeiras, Estado de Sergipe, relativas ao exercício financeiro de 2021, e dá outras providências. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_bf4f773f80de6489f9af36ac6538e6d2.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LARANJEIRAS. Lei 1.199, 22 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o orçamento geral do município de Laranjeiras, Estado de Sergipe, relativas ao exercício financeiro de 2022, e dá outras providências. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_79ae7eccaf672da601e15c543359fb1a.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LARANJEIRAS. Lei 1.215, 28 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o orçamento geral do município de Laranjeiras, Estado de Sergipe, relativas ao exercício financeiro de 2023, e dá outras providências. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_755e163c7483a6878c2cb21030a23ba6.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LARANJEIRAS. Lei 1.242, 21 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o orçamento geral do município de Laranjeiras, Estado de Sergipe, relativas ao exercício financeiro de 2024, e dá outras providências. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_da9a2bd30e763466d4514750b451e223.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LARANJEIRAS. Relatório Resumido de Execução Orçamentária: novembro-dezembro/2020. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_2021bd906eacfcce937df83feaca8c2.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LARANJEIRAS. Relatório Resumido de Execução Orçamentária: 6º bimestre de 2021. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_c38f6b189b0ff4fe7869fea563c27b30.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LARANJEIRAS. Relatório Resumido de Execução Orçamentária: 6º bimestre de 2022. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_bd57f0bf288a549ac1118bf49839262d.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LARANJEIRAS. Relatório Resumido de Execução Orçamentária: 6º bimestre de 2023. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_167f9bc970e79ec05ca0e3ee34b2ce13.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LARANJEIRAS. Relatório Resumido de Execução Orçamentária: julho-agosto/2024. Disponível em: https://portal.sitesagapesistemas.com.br/agape2/upload/arquivos/91/arq_2021bd906eacfcce937df83feaca8c2.pdf. Acesso: 05 de jul de 2024.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5ª edição. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda, 1996.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto: Visão Geral ano de referência 2022. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS**, [s. l.], 1 dez. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Nacional de Saneamento Básico. **Plano Nacional de Saneamento Básico**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/10/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS FISCAIS DA UNIÃO**, [s. l.], mar. 2016. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:4540. Acesso em: 30 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO. **Transferências discricionárias e legais**. Disponível em: <https://idp.transferegov.sistema.gov.br/idp/>. Acesso: 03 de outubro 2024.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Urbanização de Favelas na região metropolitana de Belém a partir da drenagem e regularização fundiária. In: FERREIRA, LARA *et al.* **DIMENSÃO DO INTERVIR EM FAVELAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. 1. ed. SÃO PAULO: PEABIRU TCA, 2019. v. 1, p. 105-118. ISBN 978-65-805 1 3-00-0.

PORANGABA, Alexsandro Tenório. **O Lugar Da Habitação De Interesse Social No Ensino De Arquitetura e Urbanismo no Brasil: uma análise curricular (1930-2018)**. 2019. 235p. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. As políticas públicas habitacionais e o processo de produção e reprodução do espaço urbano nas pequenas cidades do Território de Identidade do Sisal- Bahia-Brasil. In: RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **As políticas públicas habitacionais e o processo de produção e reprodução do espaço urbano nas pequenas cidades do Território de Identidade do Sisal- Bahia-Brasil**. Orientador: M^a José Piñeira Mantiñán. 2024. Tese (Doutorado) - Universidade de Santiago de Compostela, [s. l.], 2024. p. 308. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/32926>. Acesso em: 12 mar. 2024.

RODRIGUES, Karla Cristina Tyskowski Teodoro *et al.* DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BASICO NAS MICRORREGIÕES BRASILEIRAS DE 2006 A 2013. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 15, ed. 1, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/4325/747>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, [s. l.], 1 abr. 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SANTANA, PEDRO ABELARDO DE. **OS ÍNDIOS EM SERGIPE OITOCENTISTA: CATEQUESE, CIVILIZAÇÃO E ALIENAÇÃO DE TERRAS**. 2015. TESE (DOUTORADO) - Universidade Federal da Bahia, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18773/1/Tese%20Pedro%20Abelardo%20de%20Santana.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5^o. ed. [S. l.]: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 120 p. ISBN 978-85-314-1085-7

SERGIPE. AO LADO do ministro Occhi, Belivaldo entrega apartamentos a 144 famílias na Cidade Nova, em Aracaju. In: **Notícias**. [S. l.], 15 ago. 2015. Disponível em:

<https://www.se.gov.br/noticias/governo/ao-lado-do-ministro-occhi-belivaldo-entrega-apartamentos-a-144-familias-na-cidade-nova-em-aracaju>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana; RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana; LOPES, Thiago Henrique Carneiro Rios. A DINÂMICA DA INDÚSTRIA NOS MUNICÍPIOS DE SERGIPE NO PERÍODO 2000-2015. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador/BA, v. 3, ed. 41, p. 373 – 392, dezembro 2018. DOI DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i41.5557>. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5557/3762>. Acesso em: 23 ago. 2024.

TOCHETTO, Daniel; FERRAZ, Célia. O urbanismo de Saturnino de Brito e as ressonâncias provocadas. **RISCO: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, São Paulo, v. 2, ed. 22, p. 88-101, 2016. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i22p84-101>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/124548>. Acesso em: 6 ago. 2024.

WESTIN, Ricardo. Agência Senado. *In: Há 170 anos, Lei de Terras oficializou a opção do Brasil pelos latifúndios.* [S. l.], 14 set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ANEXO A



Laranjeiras - Sergipe

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS/SE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

CONVÊNIOS E TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - ANO 2020

MINISTERIO	OBJETO	ANO	Nº DO CONVENIO	VALOR REPASSE	VALOR REPASSADO	DATA DO REPASSE	VIGENCIA DO CONVENIO
MINISTERIO DAS CIDADES	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS	2017	846311	592.000,00	592.000,00	17/12/2020	12/09/2022

ANEXO B



Laranjeiras - Sergipe
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS/SE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

CONVÊNIOS E TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - ANO 2021

MINISTERIO	OBJETO	ANO	Nº DO CONVENIO	VALOR REPASSE	VALOR REPASSADO	DATA DO REPASSE	VIGENCIA DO CONVENIO
MINISTERIO DAS CIDADES	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS	2018	874793	455.238,09	432.476,19	05/03/2021	30/06/2024

ANEXO D



Laranjeiras - Sergipe

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS/SE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

CONVÊNIOS E TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - ANO 2023

MINISTERIO	OBJETO	ANO	Nº DO CONVENIO	VALOR REPASSE	VALOR REPASSADO	DATA DO REPASSE	VIGENCIA DO CONVENIO
MINISTERIO DO TURISMO	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS	2014	806194	487.500,00	390.000,00	07/06/2023	30/06/2024
MINISTERIO DA SAUDE	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS/SE	2018	864786	992.734,60	198.546,92	14/02/2023	31/12/2024
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS/SE	2020	908345	477.500,00	382.000,00	10/11/2023	30/04/2025
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS/SE	2021	910525	4.800.000,00	805.563,18	20/12/2023	14/07/2024
MINISTERIO DAS CIDADES	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS/SE	2021	913418	287.306,00	287.306,00	12/12/2023	23/08/2024
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	PAVIMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS VICINAIS E DE RODOVIAS ESTADUAIS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS/SE	2021	914930	9.575.191,00	1.434.240,45	19/12/2023	23/08/2026
MINISTERIO DAS CIDADES	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS/SE	2021	915107	481.104,00	481.107,00	24/07/2023	23/08/2024

ANEXO E



Laranjeiras - Sergipe

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS/SE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

CONVÊNIOS E TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - ANO 2024

MINISTERIO	OBJETO	ANO	CONVENIO	VALOR REPASSE	VALOR REPASSADO	DATA DO REPASSE	VIGENCIA DO CONVENIO
SAUDE	CUSTEIO - PAB	2024		R\$ 500.000,00		26/06/2024	
SAUDE	CUSTEIO - PAB	2024		R\$ 1.000.000,00		26/06/2024	
SAUDE	CUSTEIO - PAB	2024		R\$ 1.500.000,00		23/05/2024	
SAUDE	CUSTEIO - PAB	2024		R\$ 200.000,00		29/05/2024	
SAUDE	CUSTEIO - PAB	2024		R\$ 1.000.000,00		23/05/2024	
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	PAVIMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS VICINAIS E DE RODOVIAS ESTADUAIS NO MUNICIPIO DE LARANJEIRAS/SE	2021	914930	9.575.191,00	2.875.191,00	19/06/2024	23/08/2026

Casos de Doença Diarreica Aguda por Semana Epidemiológica

Segundo Faixa etária, plano de tratamento, LARANJEIRAS/SE, 2019

Estado: SE
 Regional: ARACAJU
 Município: LARANJEIRAS

Semana	Faixa Etária						Plano de Tratamento					Nº de US com MDDA implantada	Nº de US que informou	%
	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total			
01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
02	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
03	0	2	1	3	0	6	2	0	4	0	6	1	1	100,00
04	1	2	0	4	1	8	4	0	4	0	8	1	1	100,00
05	2	1	0	1	0	4	2	2	0	0	4	1	1	100,00
06	6	2	0	3	0	11	11	0	0	0	11	1	1	100,00
07	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
08	8	10	4	3	0	25	25	0	0	0	25	1	1	100,00
09	1	2	0	0	0	3	3	0	0	0	3	1	1	100,00
10	5	0	1	0	0	6	6	0	0	0	6	1	1	100,00
11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
12	2	2	0	0	0	4	2	2	0	0	4	1	1	100,00
13	3	4	1	3	0	11	3	4	1	3	11	1	1	100,00
14	2	2	0	0	0	4	4	0	0	0	4	1	1	100,00
15	0	0	0	2	0	2	0	0	0	2	2	1	1	100,00
16	0	5	0	0	0	5	5	0	0	0	5	1	1	100,00
17	0	4	1	4	0	9	2	0	7	0	9	1	1	100,00
18	2	8	4	18	0	32	2	3	27	0	32	1	1	100,00
19	2	7	4	20	0	33	9	5	19	0	33	1	1	100,00
20	2	4	4	19	0	29	5	4	20	0	29	1	1	100,00
21	1	3	0	17	0	21	15	6	0	0	21	1	1	100,00
22	2	5	1	8	0	16	6	0	10	0	16	1	1	100,00
23	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
24	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
25	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
26	2	7	1	4	0	14	13	1	0	0	14	1	1	100,00
27	0	1	0	8	0	9	9	0	0	0	9	1	1	100,00
28	1	0	0	1	0	2	1	0	1	0	2	1	1	100,00
29	3	5	0	4	0	12	12	0	0	0	12	1	1	100,00
30	1	5	0	4	0	10	10	0	0	0	10	1	1	100,00
31	2	7	0	2	0	11	11	0	0	0	11	1	1	100,00
32	0	2	0	2	0	4	4	0	0	0	4	1	1	100,00
33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
34	2	1	0	1	0	4	4	0	0	0	4	1	1	100,00
35	1	6	1	3	0	11	6	3	2	0	11	1	1	100,00
36	0	0	0	2	0	2	2	0	0	0	2	1	1	100,00
37	0	5	0	1	0	6	6	0	0	0	6	1	1	100,00
38	1	0	1	3	0	5	5	0	0	0	5	1	1	100,00
39	0	3	0	6	0	9	9	0	0	0	9	1	1	100,00
40	0	1	0	1	0	2	1	0	1	0	2	1	1	100,00
41	2	0	0	2	0	4	3	0	1	0	4	1	1	100,00
42	2	2	0	4	0	8	7	0	1	0	8	1	1	100,00
43	1	1	0	0	0	2	2	0	0	0	2	1	1	100,00
44	3	2	0	2	0	7	5	0	2	0	7	1	1	100,00
45	0	0	0	2	0	2	2	0	0	0	2	1	1	100,00
46	1	2	2	1	0	6	6	0	0	0	6	1	1	100,00
47	0	2	0	1	0	3	3	0	0	0	3	1	1	100,00

50	0	1	1	0	0	2	2	0	0	0	2	1	1	100,00
51	0	2	3	6	0	11	1	0	10	0	11	1	1	100,00
52	0	10	6	13	0	29	1	0	28	0	29	1	1	100,00
53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral:	61	131	40	187	1	420	240	30	145	5	420	-	-	-
Gráficos:	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total	-	-	-

Ano Anterior | Próximo Ano

Relatório em Excel.

Ajuda para Impressão e Exportação dos Dados .

Fonte: SIVEP/MDDA - Secretaria Municipal de LARANJEIRAS/SE.

Emissão: 20/08/2024 12:20 h

ANEXO G

Casos de Doença Diarreica Aguda por Semana Epidemiológica

Segundo Faixa etária, plano de tratamento, LARANJEIRAS/SE, 2021

Estado: SE
Regional: ARACAJU
Município: LARANJEIRAS

Semana	Faixa Etária						Plano de Tratamento					Nº de US com MDDA implantada	Nº de US que informou	%
	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total			
01	0	0	0	2	0	2	0	0	2	0	2	1	1	100,00
02	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
03	0	0	1	1	0	2	0	0	2	0	2	1	1	100,00
04	0	1	0	0	5	6	0	0	6	0	6	1	1	100,00
05	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
06	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
07	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
08	0	4	0	5	0	9	1	0	8	0	9	1	1	100,00
09	0	1	0	3	0	4	0	0	4	0	4	1	1	100,00
10	2	0	0	2	0	4	1	1	2	0	4	1	1	100,00
11	0	1	1	1	0	3	1	1	1	0	3	1	1	100,00
12	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
13	0	4	0	2	0	6	2	0	4	0	6	1	1	100,00
14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
15	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
16	5	0	0	5	0	10	0	0	10	0	10	1	1	100,00
17	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
18	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
19	0	2	0	1	0	3	0	0	3	0	3	1	1	100,00
20	0	0	0	3	0	3	1	0	2	0	3	1	1	100,00
21	0	3	1	3	0	7	3	1	3	0	7	1	1	100,00
22	0	0	1	3	0	4	0	0	4	0	4	1	1	100,00
23	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
24	0	1	0	3	0	4	3	0	1	0	4	1	1	100,00
25	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
26	0	0	0	3	0	3	0	0	3	0	3	1	1	100,00
27	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
28	0	1	0	2	0	3	0	1	2	0	3	1	1	100,00
29	0	1	0	3	0	4	1	0	3	0	4	1	1	100,00
30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
34	0	0	0	2	0	2	2	0	0	0	2	1	1	100,00
35	0	0	0	2	0	2	2	0	0	0	2	1	1	100,00
36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
37	0	2	0	7	0	9	2	0	7	0	9	1	1	100,00
38	4	4	0	2	0	10	3	0	7	0	10	1	1	100,00
39	0	1	0	5	0	6	1	0	5	0	6	1	1	100,00
40	0	3	0	2	0	5	0	0	5	0	5	1	1	100,00
41	0	2	0	2	0	4	0	0	4	0	4	1	1	100,00
42	0	0	0	2	0	2	0	0	2	0	2	1	1	100,00
43	0	2	2	1	0	5	2	0	3	0	5	1	1	100,00
44	0	0	0	2	0	2	1	0	1	0	2	1	1	100,00
45	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
46	0	0	0	2	0	2	0	0	2	0	2	1	1	100,00
47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00

50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
51	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral:	12	34	7	78	5	136	29	4	103	0	136	-	-	-
Graficos:	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total	-	-	-

Ano Anterior | Próximo Ano

Relatorio em Excel.

Ajuda para Impressão e Exportação dos Dados .

Fonte: SIVEP/MDDA - Secretaria Municipal de LARANJEIRAS/SE.

Emissão: 20/08/2024 12:19 h

Casos de Doença Diarreica Aguda por Semana Epidemiológica

Segundo Faixa etária, plano de tratamento, LARANJEIRAS/SE, 2022

Estado: SE
Regional: ARACAJU
Município: LARANJEIRAS

Semana	Faixa Etária						Plano de Tratamento					Nº de US com MDDA implantada	Nº de US que informou	%
	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total			
01	0	2	2	10	0	14	13	1	0	0	14	1	1	100,00
02	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
03	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
04	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
05	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
06	0	0	0	2	0	2	2	0	0	0	2	1	1	100,00
07	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
08	0	1	0	1	0	2	2	0	0	0	2	1	1	100,00
09	0	2	0	4	0	6	2	0	4	0	6	1	1	100,00
10	0	3	0	1	0	4	4	0	0	0	4	1	1	100,00
11	0	2	1	5	0	8	0	0	8	0	8	1	1	100,00
12	0	1	0	3	0	4	2	0	2	0	4	1	1	100,00
13	2	2	1	3	0	8	6	0	2	0	8	1	1	100,00
14	0	1	0	2	0	3	0	0	3	0	3	1	1	100,00
15	0	1	2	9	0	12	0	0	12	0	12	1	1	100,00
16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	2	2	0	2	0	6	5	1	0	0	6	1	1	100,00
18	1	2	0	7	0	10	2	2	6	0	10	1	1	100,00
19	0	1	1	6	0	8	4	0	4	0	8	1	1	100,00
20	0	0	0	7	0	7	3	0	4	0	7	1	1	100,00
21	0	0	1	1	0	2	0	0	2	0	2	1	1	100,00
22	1	2	2	4	0	9	2	1	6	0	9	1	1	100,00
23	0	3	0	4	0	7	0	0	7	0	7	1	1	100,00
24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	0	2	1	7	0	10	0	0	10	0	10	1	1	100,00
26	0	2	1	8	0	11	2	0	9	0	11	1	1	100,00
27	0	3	0	7	0	10	3	1	6	0	10	1	1	100,00
28	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
29	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
30	0	0	0	3	0	3	0	1	2	0	3	1	1	100,00
31	0	1	1	8	2	12	2	0	10	0	12	1	1	100,00
32	0	1	0	8	0	9	0	0	9	0	9	1	1	100,00
33	1	1	2	9	0	13	0	0	13	0	13	1	1	100,00
34	0	2	0	2	0	4	0	0	4	0	4	1	1	100,00
35	0	0	1	9	0	10	0	3	7	0	10	1	1	100,00
36	0	3	0	5	0	8	0	4	4	0	8	1	1	100,00
37	0	3	1	7	0	11	0	4	7	0	11	1	1	100,00
38	0	2	0	2	0	4	0	4	0	0	4	1	1	100,00
39	1	2	1	8	0	12	0	4	8	0	12	1	1	100,00
40	1	4	0	9	0	14	0	0	14	0	14	1	1	100,00
41	2	4	2	14	0	22	0	0	22	0	22	1	1	100,00
42	0	1	4	10	0	15	1	0	14	0	15	1	1	100,00
43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
44	0	10	2	16	0	28	2	0	26	0	28	1	1	100,00
45	0	1	1	10	0	12	0	0	12	0	12	1	1	100,00
46	0	1	0	5	0	6	1	0	5	0	6	1	1	100,00
47	0	1	0	6	0	7	1	0	6	0	7	1	1	100,00

50	1	1	0	8	0	10	10	0	0	0	10	1	1	100,00
51	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
52	0	3	3	8	0	14	11	3	0	0	14	1	1	100,00
53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral:	13	77	31	259	2	382	98	30	254	0	382	-	-	-
Gráficos:	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total	-	-	-

Ano Anterior | Próximo Ano

Relatório em Excel.

Ajuda para Impressão e Exportação dos Dados .

Fonte: SIVEP/MDDA - Secretaria Municipal de LARANJEIRAS/SE.

Emissão: 20/08/2024 12:18 h

Casos de Doença Diarreica Aguda por Semana Epidemiológica

Segundo Faixa etária, plano de tratamento, LARANJEIRAS/SE, 2023

Estado: SE
 Regional: ARACAJU
 Município: LARANJEIRAS

Semana	Faixa Etária						Plano de Tratamento					Nº de US com MDDA implantada	Nº de US que informou	%
	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total			
01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
02	0	1	0	7	0	8	8	0	0	0	8	1	1	100,00
03	0	2	2	4	0	8	8	0	0	0	8	1	1	100,00
04	0	0	2	7	0	9	9	0	0	0	9	1	1	100,00
05	2	0	0	2	0	4	3	1	0	0	4	1	1	100,00
06	1	1	3	9	0	14	14	0	0	0	14	1	1	100,00
07	0	1	0	7	0	8	7	1	0	0	8	1	1	100,00
08	0	0	0	2	0	2	1	1	0	0	2	1	1	100,00
09	0	5	0	11	0	16	10	6	0	0	16	1	1	100,00
10	1	4	0	9	0	14	13	1	0	0	14	1	1	100,00
11	1	2	1	14	0	18	13	5	0	0	18	1	1	100,00
12	0	3	1	7	0	11	11	0	0	0	11	1	1	100,00
13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	0	4	0	11	0	15	15	0	0	0	15	1	1	100,00
15	1	3	0	13	0	17	17	0	0	0	17	1	1	100,00
16	0	5	4	16	0	25	25	0	0	0	25	1	1	100,00
17	0	1	3	4	0	8	6	2	0	0	8	1	1	100,00
18	1	4	1	9	0	15	13	2	0	0	15	1	1	100,00
19	0	0	1	10	0	11	11	0	0	0	11	1	1	100,00
20	0	5	4	14	0	23	23	0	0	0	23	1	1	100,00
21	1	4	2	14	0	21	19	2	0	0	21	1	1	100,00
22	1	4	1	9	0	15	14	1	0	0	15	1	1	100,00
23	1	4	0	4	0	9	9	0	0	0	9	1	1	100,00
24	0	3	0	2	0	5	5	0	0	0	5	1	1	100,00
25	1	2	1	9	0	13	9	4	0	0	13	1	1	100,00
26	0	1	0	7	0	8	8	0	0	0	8	1	1	100,00
27	0	3	2	7	0	12	12	0	0	0	12	1	1	100,00
28	4	1	0	4	0	9	8	1	0	0	9	1	1	100,00
29	0	1	0	1	0	2	0	2	0	0	2	1	1	100,00
30	0	4	3	17	0	24	24	0	0	0	24	1	1	100,00
31	0	1	0	1	0	2	0	2	0	0	2	1	1	100,00
32	0	5	1	11	0	17	17	0	0	0	17	1	1	100,00
33	0	3	1	6	0	10	9	1	0	0	10	1	1	100,00
34	2	2	1	8	0	13	13	0	0	0	13	1	1	100,00
35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36	0	3	1	2	0	6	6	0	0	0	6	1	1	100,00
37	0	6	1	7	0	14	14	0	0	0	14	1	1	100,00
38	0	6	3	9	0	18	14	4	0	0	18	1	1	100,00
39	0	2	1	5	0	8	8	0	0	0	8	1	1	100,00
40	1	4	0	18	0	23	22	1	0	0	23	1	1	100,00
41	0	4	1	8	0	13	13	0	0	0	13	1	1	100,00
42	0	1	2	3	0	6	6	0	0	0	6	1	1	100,00
43	1	4	2	9	0	16	16	0	0	0	16	1	1	100,00
44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45	0	4	1	15	0	20	19	1	0	0	20	1	1	100,00
46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
47	0	9	1	9	0	19	18	1	0	0	19	1	1	100,00

50	0	0	0	4	0	4	4	0	0	0	4	1	1	100,00
51	0	1	0	6	0	7	6	1	0	0	7	1	1	100,00
52	0	0	0	6	0	6	3	3	0	0	6	1	1	100,00
53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral:	19	124	48	368	0	559	516	43	0	0	559	-	-	-
Gráficos:	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total	-	-	-

Ano Anterior | Próximo Ano

Relatório em Excel.

Ajuda para Impressão e Exportação dos Dados .

Fonte: SIVEP/MDDA - Secretaria Municipal de LARANJEIRAS/SE.

Emissão: 20/08/2024 12:18 h

Casos de Doença Diarreica Aguda por Semana Epidemiológica

Segundo Faixa etária, plano de tratamento, LARANJEIRAS/SE, 2024

Estado: SE
 Regional: ARACAJU
 Município: LARANJEIRAS

Semana	Faixa Etária						Plano de Tratamento					Nº de US com MDDA implantada	Nº de US que informou	%
	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total			
01	0	1	0	2	0	3	0	3	0	0	3	1	1	100,00
02	0	0	0	3	0	3	3	0	0	0	3	1	1	100,00
03	0	0	0	3	0	3	3	0	0	0	3	1	1	100,00
04	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	100,00
05	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
06	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100,00
07	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	100,00
08	1	2	2	16	0	21	17	4	0	0	21	1	1	100,00
09	0	3	1	27	0	31	28	3	0	0	31	1	1	100,00
10	0	3	3	14	0	20	20	0	0	0	20	1	1	100,00
11	1	4	0	16	0	21	19	2	0	0	21	1	1	100,00
12	0	4	4	15	0	23	22	1	0	0	23	1	1	100,00
13	0	3	1	8	0	12	12	0	0	0	12	1	1	100,00
14	0	5	2	23	0	30	24	6	0	0	30	1	1	100,00
15	0	1	2	8	0	11	9	2	0	0	11	1	1	100,00
16	0	0	0	3	0	3	1	2	0	0	3	1	1	100,00
17	1	2	1	7	0	11	11	0	0	0	11	1	1	100,00
18	0	0	1	2	0	3	0	0	3	0	3	1	1	100,00
19	0	2	0	2	0	4	2	2	0	0	4	1	1	100,00
20	0	1	0	4	0	5	4	1	0	0	5	1	1	100,00
21	0	3	0	9	0	12	10	2	0	0	12	1	1	100,00
22	1	4	4	17	0	26	19	6	1	0	26	1	1	100,00
23	0	4	0	12	0	16	11	5	0	0	16	1	1	100,00
24	0	5	0	3	0	8	3	5	0	0	8	1	1	100,00
25	0	4	1	6	0	11	0	11	0	0	11	1	1	100,00
26	1	3	0	3	0	7	4	3	0	0	7	1	1	100,00
27	0	7	0	14	0	21	11	10	0	0	21	1	1	100,00
28	1	0	0	4	0	5	5	0	0	0	5	1	1	100,00
29	0	1	0	5	0	6	6	0	0	0	6	1	1	100,00
30	0	5	3	36	0	44	36	8	0	0	44	1	1	100,00
31	1	3	3	15	0	22	11	11	0	0	22	1	1	100,00
32	0	3	6	28	0	37	22	15	0	0	37	1	1	100,00
33	0	3	0	29	0	32	20	12	0	0	32	1	1	100,00
34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral:	7	76	34	336	0	453	334	114	5	0	453	-	-
Gráficos:	< 1	1 a 4	5 a 9	10 +	IGN	Total	A	B	C	IGN	Total	-	-

Ano Anterior | Próximo Ano

Relatório em Excel.

Ajuda para Impressão e Exportação dos Dados .

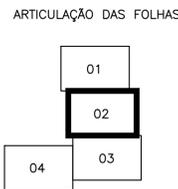
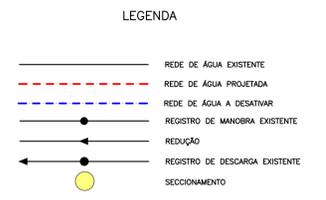
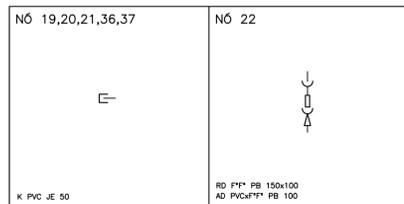
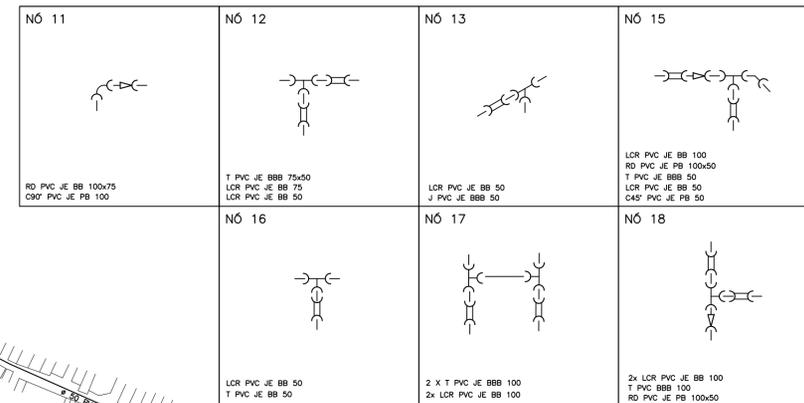
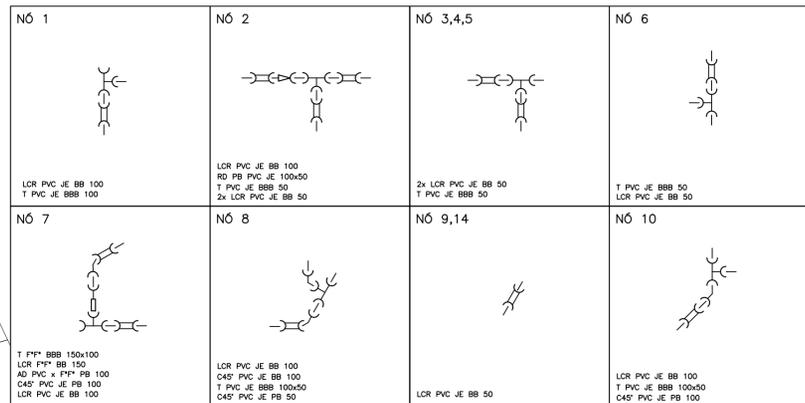
Fonte: SIVEP/MDDA - Secretaria Municipal de LARANJEIRAS/SE.

Emissão: 20/08/2024 12:17 h

ANEXO L

CONFIGURAÇÃO P.V. P/OTAGEM		
Nº DA CORRELAÇÃO	Nº DA COTA	ESP. DA COTA
1	1	0,80
2	7	0,10
3	7	0,30
4	7	0,40
5	7	0,50
6	7	0,60
7	7	0,25
8	7	0,05
10	1	0,50
21	21	0,10
30	7	0,30
32	32	0,20
42	7	0,70
51	51	0,20
90	3	0,20
130	4	0,15
140	140	0,20
160	5	0,10
170	5	0,50

ESC: 1/1000
 ESC: 1/2000
 DESO: 20050308



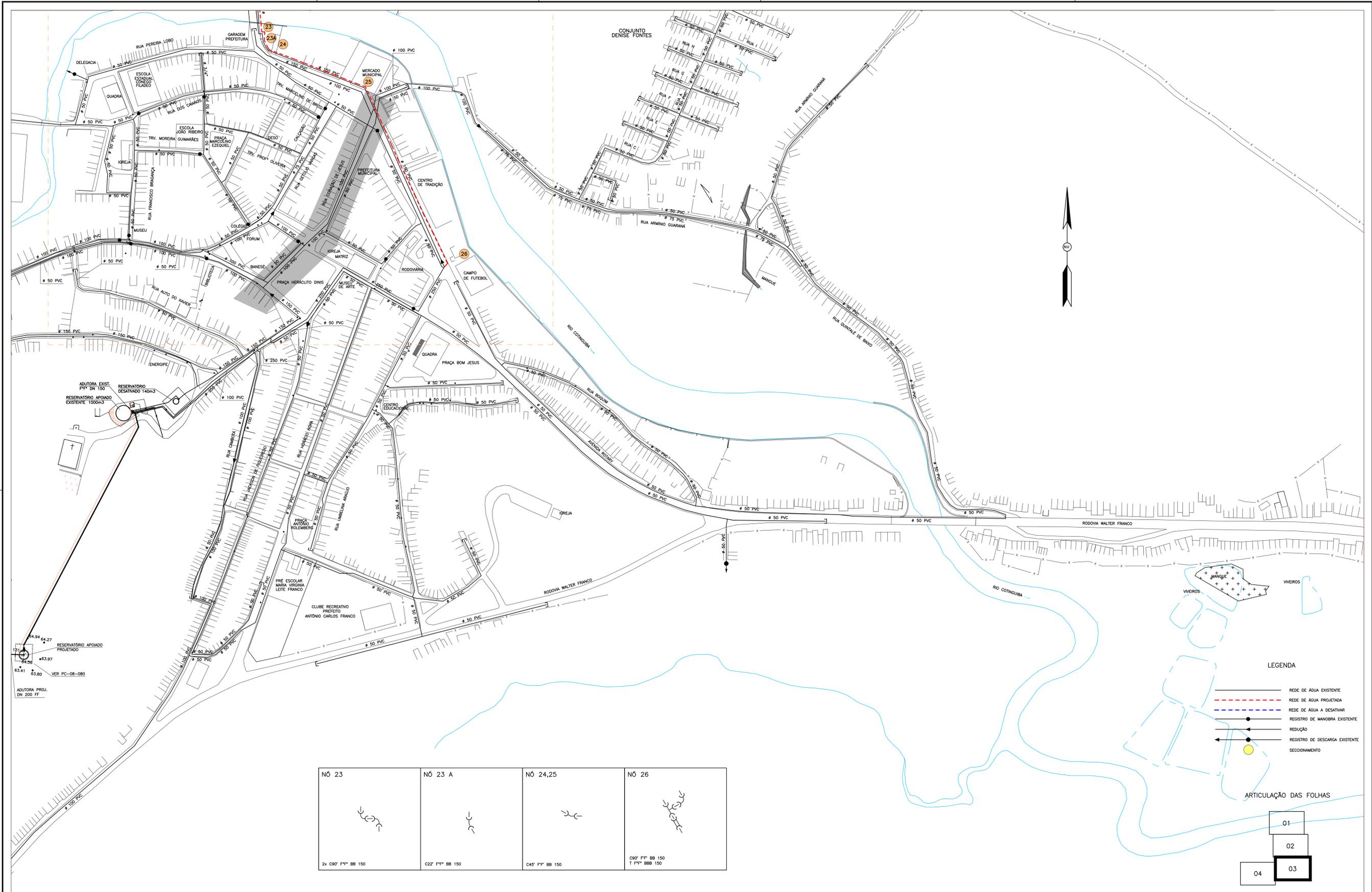
REVISÃO		DESO		DESENHO DE REFERÊNCIA		NOTAS	DESO	EXECUTADO POR	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE
Nº	DATA	DESCRIÇÃO	EXECUTADO POR	APROVADO POR	ACEITO				

<p>DESO</p> <p>VISTO E ACEITO</p> <p>ESTA ACEITAÇÃO NÃO ISENTA A CONTRATADA DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES CONTIDAS NO CONTRATO</p>	<p>EXECUTADO POR</p> <p>TOPOGRAFIA MA/08</p> <p>DESENHO TOPOGRAFIA MA/08</p> <p>PROJETO ISAMAR MA/08</p> <p>DESENHO PROJETO FABIANE MA/08</p> <p>APROVAÇÃO</p>	<p>PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE LARANJEIRAS/SE</p> <p>REDE DE DISTRIBUIÇÃO</p> <p>PLANTA</p>
<p>REVISÃO:</p>	<p>ESCALA:</p> <p>1:2000</p>	<p>Nº DESO:</p> <p>PC-08-121</p> <p>Nº FIRMA:</p>

ANEXO M

CONFIGURACAO	P.V. (PVC)	ESP.
1	1	0,80
2	7	0,10
3	7	0,30
4	7	0,40
5	7	0,50
6	7	0,60
7	7	0,25
8	7	0,05
10	1	0,50
21	21	0,10
30	7	0,30
32	32	0,20
42	7	0,70
51	51	0,20
90	3	0,20
130	4	0,15
140	140	0,20
160	5	0,10
170	5	0,50

ESC: 1/1000
DESO: 29052008



REVISÃO		DESO		DESENHO DE REFERÊNCIA		NOTAS	DESO		EXECUTADO POR		COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE LARANJEIRAS/SE REDE DE DISTRIBUIÇÃO PLANTA
Nº	DATA	DESCRIÇÃO	EXECUTADO POR	APROVADO POR	ACEITO		DATA	TÍTULO	NÚMERO	TOPOGRAFIA	
1	04/08/2009	INCLUSÃO DO REX300							TOPOGRAFIA	MA/08	
									DESENHO TOPOGRAFIA	MA/08	
									PROJETO	ISAMAR	
									DESENHO PROJETO	FABIANE	
									APROVAÇÃO	MA/08	
											REVISÃO: ESCALA: 1:2000 Nº DESENHO: PC-08-122 Nº FIRMA:

